

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

RENATO FERREIRA PONTES

**O RESTABELECIMENTO DO INSTITUCIONALISMO EVOLUCIONÁRIO DE
THORSTEIN VEBLEN E UMA PERSPECTIVA REALISTA DA FILOSOFIA DA
CIÊNCIA: PARA ALÉM DO POSITIVISMO**

**Curitiba
2008**

RENATO FERREIRA PONTES

**O RESTABELECIMENTO DO INSTITUCIONALISMO EVOLUCIONÁRIO DE
THORSTEIN VEBLÉN E UMA PERSPECTIVA REALISTA DA FILOSOFIA DA
CIÊNCIA: PARA ALÉM DO POSITIVISMO**

**Dissertação apresentada ao Departamento
de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Econômico, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre.**

**Orientador: Prof. Dr. Huáscar Fialho
Pessali**

**Curitiba
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

RENATO FERREIRA PONTES

O RESTABELECIMENTO DO INSTITUCIONALISMO EVOLUCIONÁRIO DE THORSTEIN VEBLEN E UMA PERSPECTIVA REALISTA DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA: PARA ALÉM DO POSITIVISMO

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de MESTRE em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____
Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Victor Manoel Pelaez Alvarez
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monastério
Departamento de Economia, UFPel

Curitiba
2008

Aos meus pais e a Anne.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais – Antonio e Penha – e demais familiares pelo apoio sem o qual o caminho que trilhei teria sido ainda mais espinhoso. Aos amigos pelas palavras de carinho. À Anne por tudo o que mais importa à vida, pela força, companheirismo, amor, e por me apresentar a didática de uma existência plena de sentido.

Devo agradecimentos sem fim aos colegas da pós-graduação com quem pude aprender, no dia-a-dia, o que não pode ser ensinado. Em especial dirijo-me a Felipe Almeida, Rafael Amâncio, Marcelo Melo, Rodrigo Silvestre e Marcos Rocha por tudo o que simplesmente não caberia neste espaço, independentemente do quanto eu o estendesse.

Agradeço também aos professores e funcionários do PPGDE-UFPR. Um agradecimento especial é devido ao professor Huáscar Fialho Pessali, meu orientador e camarada, pessoa sem igual com quem contraí eterna dívida, pela compreensão nos momentos turvos, pela liberdade de pensamento tão em falta na academia e pelo equilíbrio intelectual que nos falta aos inexperientes. Também ao professor Victor Pelaez pelo exemplo, respeito, integridade, rigor e seriedade, sem os quais o curso de mestrado não estaria completo. Ainda ao professor Leonardo Monastério, da UFPel, pelas contribuições na banca de defesa desse trabalho.

Graças a todas essas pessoas, e mais tantas outras não inclusas mas nunca ignoradas, o período do mestrado foi realmente um ótimo tempo de aprendizagem. À todos o meu muito obrigado.

Por fim, agradeço à Capes pelo imprescindível suporte financeiro.

“All this is simple enough. It is so simple and is so obvious that it is difficult to see it until it has been pointed out, and after it has been pointed out it seems to have been unnecessary to speak of it”.

Thorstein Veblen

**

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de suas escolhas e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Karl Marx

**

“Neutro é quem já se decidiu pelo mais forte”.

Max Weber

**

“Na unanimidade, há sempre uma parcela de entusiasmo, outra de conveniência e uma última de desinformação”.

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	V
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
INTRODUÇÃO	1
1. A DICOTOMIA INDIVÍDUO-SOCIEDADE E SUA BASE FILOSÓFICA	6
1.1 ESPECIFICAÇÕES TERMINOLÓGICAS PRELIMINARES.....	6
1.1.1 <i>Ontologia versus metodologia</i>	6
1.1.2 <i>Reduccionismo versus redução</i>	7
1.2 A DICOTOMIA INDIVÍDUO-SOCIEDADE NA METODOLOGIA.....	8
1.2.1 <i>O Individualismo Metodológico (IM) e o Holismo ou Coletivismo Metodológico (HM)</i>	9
1.2.1.1 Questão (i): Que tipo de sujeito é admitido nas análises das ciências sociais?.....	9
1.2.1.2 Questão (ii): A interação entre os indivíduos gera um ‘algo mais’ que sua mera soma e/ou existe um ‘algo mais’ que influencia os indivíduos em suas ações e, portanto, importa para a explicação em ciências sociais?.....	14
1.2.2 <i>Limites e problemas do IM e do HM: a dicotomia</i>	19
1.3 FILOSOFIA POSITIVISTA / EMPIRICISTA DA CIÊNCIA: EM BUSCA DAS ORIGENS DA DICOTOMIA.....	25
1.3.1 <i>Do Positivismo lógico ao Empirismo lógico</i>	25
1.3.2 <i>As críticas de Karl Popper ao projeto positivista / empiricista</i>	28
1.3.3 <i>O empiricismo no IM e no HM</i>	31
2. FILOSOFIA REALISTA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E A CONCEPÇÃO VEBLENIANA DOS OBJETOS SOCIAIS: A NEGAÇÃO DA DICOTOMIA	33
2.1 REALISMO CIENTÍFICO: POR UMA REALIDADE OBJETIVA E ESTRUTURADA EM NÍVEIS.....	33
2.1.1 <i>As implicações da filosofia realista da ciência para as ciências sociais: da dicotomia à dualidade</i>	38
2.2 O PENSAMENTO EVOLUCIONÁRIO DE THORSTEIN VEBLEN (1857-1929) E OS TRAÇOS DE UMA ORIENTAÇÃO NÃO DICOTÔMICA.....	43
2.2.1 <i>A natureza da crítica vebleniana à economia pré-evolucionária</i>	44
2.2.2 <i>O darwinismo e a proposta vebleniana de uma ciência evolucionária: a ênfase na causalidade e no processo</i>	50
2.2.3 <i>Conduta humana, intencionalidade, causalidade e a dicotomia</i>	55
3. O INSTITUCIONALISMO VEBLENIANO E SEU RESTABELECIMENTO	60
3.1 A CONDUTA HUMANA: INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES.....	60
3.1.1 <i>Instintos e Hábitos</i>	60
3.1.1.1 Instintos, hábitos e deliberação racional.....	67
3.1.2 <i>Hábitos e Instituições</i>	68
3.2 A RENOVAÇÃO DO INSTITUCIONALISMO EVOLUCIONÁRIO DE VEBLEN.....	70
3.2.1 <i>A psicologia cognitiva e o conceito de hábitos</i>	70
3.2.2 <i>A retomada do institucionalismo evolucionário</i>	74
3.2.2.1 O (atual) conceito de instituição.....	75
3.2.2.3 <i>O modelo de causalção reconstitutiva: a inter-relação entre hábitos e instituições</i>	77
3.3 INSTITUCIONALISMO, REALISMO E A DICOTOMIA, NOVAMENTE.....	78
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	91

LISTA DE ABREVIATURAS

HM: Holismo ou Coletivismo Metodológico

IM: Individualismo Metodológico

H-D: Hipotético Dedutivo.

RESUMO

Esta dissertação busca mostrar que o institucionalismo evolucionário de Thorstein Veblen é consistente com a orientação meta-teórica de uma perspectiva filosófico-realista das ciências sociais. A *dicotomia indivíduo-sociedade* – manifesta na oposição entre o Individualismo Metodológico e o Holismo ou Coletivismo Metodológico – tem como problema fundacional a relação entre os planos da *agência* e da *estrutura*. A dicotomia surge de tais posições metodológicas ao serem defendidas de forma inteiramente *apriorística*. O trabalho busca então as origens desses pré-conceitos na filosofia positivista/empiricista da ciência que, por meio de sua resistência à inclusão de elementos não observáveis no centro das explicações científicas, obriga os pesquisadores a optar, antes da partida, sobre qual elemento terá primazia ontológica e/ou explanatória: *indivíduos* ou *estruturas*. Nesse sentido, o institucionalismo de Veblen e a filosofia realista da ciência, permitem superar aquela dicotomia positivista e elaborar uma relação de condicionalidade recíproca entre os indivíduos e as estruturas sociais. Assim, deixamos de enxergar uma dicotomia e passamos a identificar uma *dualidade*, que evita exigências apriorísticas sobre a unidade de análise e estimula o estudo de processos nas ciências sociais.

ABSTRACT

This dissertation aim to show that the evolutionary institutionalism of Thorstein Veblen is consistent with the meta-theoretical guidance of a philosophical-realistic perspective of social sciences. The individual-society dichotomy - manifested in the opposition between Methodological Individualism and Methodological Collectivism or Holism - has as the fundamental problem the relationship between the plans of agency and structure. The dichotomy derives from the aprioristic bias of these methodological positions. The paper seeks the origins of these concepts in the positivist/empiricist philosophy of science which, by its resistance to the inclusion of elements not observable at the center of scientific explanations, forces researchers to choose, before departure, which element will be endowed with ontological and/or explanatory primacy: individuals or structures. Accordingly, the institutionalism of Veblen and the realistic philosophy of science, can overcome this positivist dichotomy and develop a relationship of reciprocal cross between individuals and social structures. Thus, we stop seeing a dichotomy and we began to identify a duality, which avoids aprioristics demands on the unit of analysis and encourages the study of processes in the social sciences.

INTRODUÇÃO

Do início do meu interesse por Economia Política e, posteriormente, por Metodologia Econômica, ainda nos tempos de graduação, até o primeiro contato mais sistemático com a obra de Thorstein Veblen, já no curso de mestrado, passaram-se por volta de cinco anos de muitas dúvidas sobre o que era, exatamente, a Ciência Econômica e qual era seu lugar nas Ciências Sociais. Via nas digressões de Marx sobre as coisas do mundo – e para além das relações de troca – muito mais do que os gráficos, as fórmulas e identidades misteriosas das teorias tradicionais eram capazes de mostrar em todos aqueles manuais. No conteúdo daqueles livros eu não encontrara nada parecido com o mundo ‘lá fora’ que, para mim ao menos, sempre pareceu bastante concreto e, por isso, digno de muita atenção. Confuso, entendia a obra de Marx como ‘verdadeira’ ciência social pela simples clareza do fato de que seu objeto de estudo era mesmo a sociedade, aquela ‘lá fora’. E o que era, então, aquela ciência que a ortodoxia do pensamento econômico fazia ser ensinada nas disciplinas “mais importantes” do curso de economia: micro, macro e econometria I, II, III, IV, “tópicos avançados”, etc.? É ou não ciência social? Pois bem, essas questões me voltaram à mente ao esbarrar com a obra de Veblen.

Alguns meses antes da qualificação do projeto de dissertação pude dedicar alguma atenção a autores como Bhaskar e Luckács que são, como se poderá perceber, de forte influência para as páginas que se seguem – mesmo que de uma forma simples e um tanto imatura. O primeiro deles foi explícita e sistematicamente utilizado nesse trabalho, sendo um dos representantes do que se chama aqui de filosofia realista das ciências sociais. Assim como alguns pensadores de influência marxiana fazem, ao meu ver, boas leituras do realismo filosófico, creio que algo similar poderia ser feito para o institucionalismo de Veblen a fim de melhor entender sua posição na história do pensamento econômico. Estavam reunidos, graças às contingências da vida (inclusive acadêmica), os elementos da minha motivação para o presente trabalho: o institucionalismo vebleniano e uma perspectiva realista da filosofia das ciências sociais.

Pode-se dizer que o institucionalismo, enquanto escola do pensamento econômico, surgiu com a publicação, em 1898, do artigo de Veblen *Why is Economics not an evolutionary science?*, embora somente apareça sob o rótulo atual – economia institucional – em 1919 com Walton Hamilton, um seguidor de Veblen. Outros nomes de vulto que figuram na história dessa linha de pensamento são os de Clarence Ayres, John Commons e Wesley Mitchell. Apresentado como um programa de pesquisa crítico às teorias econômicas tradicionais do final do século XIX e início do século XX – as críticas originais de Veblen dirigiram-se à Escola Clássica e Marginalista, à Escola Austríaca e à Escola Histórica Alemã –, o institucionalismo torna-se o *mainstream* da academia norte-americana no entre guerras, em grande parte, devido ao seu *status* de ciência empírica (contrapondo-se às excessivas abstrações do marginalismo). Seu declínio no pós-Segunda Guerra deveu-se principalmente, segundo RUTHERFORD (2001), ao desenvolvimento das técnicas econométricas que permitiram uma aproximação dos modelos e análises formais da ortodoxia com os dados empiricamente colhidos¹, afastando-os das críticas sobre os excessos de abstração.

Abordagens realistas das ciências sociais, ao menos em suas formas hodiernas, surgem em conseqüência dos debates mais gerais em filosofia da ciência, notadamente daqueles em torno das críticas ao projeto positivista/empiricista e que envolvem as contribuições de Popper, Kuhn e Lakatos, dentre outros. A partir da crise da metodologia popperiana na década de 60, fruto da sua falha em propor um esquema alternativo adequado ao projeto positivista, surgem diversas vertentes na filosofia da ciência, e entre elas o realismo. O realismo defende, de uma forma geral, que o mundo existe independentemente de nosso conhecimento sobre ele (BACKHOUSE, 1994). Em Economia temos autores como Maki e Lawson defendendo perspectivas distintas do realismo científico. Segundo BACKHOUSE (1994, p.13), Maki desenvolve um trabalho eminentemente crítico na busca por clareza e precisão em suas análises das posições

¹ É claro que o desenvolvimento das ferramentas econométricas não podem, isoladamente, explicar a queda da corrente institucionalista. Mas essa questão não pertence ao escopo desse esforço.

metodológicas dos economistas e trabalha conceitos como ‘idealização’ e ‘isolamento’ para explicar o que os economistas fazem quando constroem modelos abstratos. A Economia Austríaca, os ensaios de Friedman e o trabalho de McCloskey sobre retórica estão entre os objetos de sua análise. O realismo de Lawson, por sua vez, aponta para a existência de estruturas, mecanismos, poderes e tendências que estão na base dos fenômenos observáveis e que se constituem nos reais objetos das ciências, inclusive a econômica.

Isto posto, é preciso frisar que esse trabalho busca inserir-se em dois movimentos relativamente autônomos e de grandes implicações potenciais em Teoria Social. Um deles está na disciplina da filosofia da ciência e culmina, para o recorte que aqui se propõe, no surgimento de concepções realistas dos objetos de investigação das ciências, mais particularmente, as sociais. Interessa-nos, portanto, as contribuições de uma filosofia realista para as ciências sociais. O outro movimento dos mencionados é aquele que marca o resgate atual da obra e do pensamento do institucionalismo evolucionário de Thorstein Veblen. Isso é feito a partir do destaque de sua metodologia e de alguma de suas categorias mais centrais seguindo, sobretudo, as contribuições de Geoffrey Hodgson.

O objetivo específico desse trabalho é evidenciar possíveis conexões entre ambas as teorias em foco. Em outras palavras, busca demonstrar que a recuperação e desenvolvimento do institucionalismo vebleniano pode se beneficiar dos desenvolvimentos das perspectivas filosófico-realistas para as ciências sociais. O pano de fundo contra o qual a sugestão da compatibilidade entre uma filosofia realista e o institucionalismo vebleniano se dá, tem sua origem nas discussões em filosofia da ciência e metodologia econômica referentes à existência de uma dicotomia que surge na análise de fenômenos sociais. Tal dicotomia implica uma polarização quanto à atribuição de causalidade no que diz respeito à integração do indivíduo e da sociedade e pode se materializar na seguinte questão: são as estruturas sociais que determinam a ação individual ou é a ação individual que molda as estruturas sociais? Em um dos pólos dessa dicotomia temos o que ficou conhecido como Individualismo Metodológico (IM). O IM

orienta que as construções teóricas devem perseguir explicações dos fenômenos em termos estritamente individuais, isto é, devem ser desenvolvidos e utilizados conceitos e categorias que tenham o agente individual como foco analítico ou unidade de análise. No outro pólo da dicotomia temos o Holismo ou Coletivismo Metodológico (HM) que propõe que a vida social, ao contrário do que supõe o individualismo, não tem como base o comportamento puramente individual, mas sim o coletivo. Por conta dessa concepção coletivista, o holismo busca nas estruturas sociais as explicações mais adequadas para os fenômenos de interesse das ciências sociais. Evidencia-se, com base em discussões na literatura relevante, os problemas e limites impostos à análise de objetos sociais por essa oposição metodológica. A origem dessa dicotomia indivíduo-sociedade está, como buscar-se-á demonstrar, em preconceitos metodológicos intimamente ligados à corrente positivista da filosofia da ciência. Dessa forma, uma maneira de superar a tal dicotomia e seus limites seria, como será sugerido, buscar um afastamento com relação à posição positivista. É exatamente essa a coluna mestra de todo o trabalho. As questões centrais, então, seriam: em que medida a filosofia realista das ciências, por um lado, e o pensamento evolucionário de Veblen, por outro, se afastam dessa dicotomia e, assim também, da típica posição positivista a ela associada? A partir de então, quais as possíveis compatibilidades quanto ao método e à visão de mundo que podem ser destacadas entre ambas?

Para que tal tarefa seja levada a cabo, o capítulo 1 busca identificar e iluminar alguns pontos da discussão encontrados na literatura sobre a dicotomia indivíduo-sociedade. Após algumas especificações terminológicas que tratam de ontologia, metodologia, redução e reducionismo, apresenta-se a oposição entre o Individualismo Metodológico (IM) e o Holismo ou Coletivismo Metodológico (HM), cada qual representando um pólo da dicotomia indivíduo-sociedade, em torno de duas questões: (i) Que tipo de sujeito é admitido nas análises das ciências sociais?; e (ii) A interação entre os indivíduos gera um ‘algo mais’ que sua mera soma e/ou existe um ‘algo mais’ que influencia os indivíduos em suas ações e, portanto, importa para a explicação em ciências

sociais? Aponta-se, ainda, os limites à análise social impostos por essa oposição e suas possíveis origens na filosofia positivista/empiricista da ciência.

O capítulo 2 apresenta os “requisitos mínimos” para a constituição de uma perspectiva realista da filosofia da ciência que evite aquela posição dicotômica com relação aos objetos das ciências sociais. A principal implicação dessa investigação é o apelo à consideração de que a realidade social é, além de objetiva, estruturada em níveis que estão para além do empírico. O capítulo traz também os fundamentos evolucionários da obra de Veblen, centrados principalmente, mas não somente, nas contribuições de Charles Darwin e as implicações dessa posição frente à dicotomia.

No capítulo 3, já trabalhando o resgate atual do pensamento institucional evolucionário de Veblen, apresenta-se as principais categorias desenvolvidas por esse autor – instintos, hábitos e instituições – somadas às condições teóricas para a renovação desse pensamento – sobretudo com as contribuições da psicologia cognitiva. O capítulo traz ainda a atualização do conceito de instituição por Geoffrey Hodgson e a apresentação de seu modelo de causação reconstitutiva, mecanismo teórico que busca capturar a influência das estruturas sociais – instituições – sobre os indivíduos. O capítulo termina com a sugestão de alguns pontos de possíveis conexões entre o institucionalismo vebleniano e a filosofia realista, tal como delimitada, e suas consequências teóricas frente à dicotomia. Por fim, seguem algumas considerações conclusivas.

1. A DICOTOMIA INDIVÍDUO-SOCIEDADE E SUA BASE FILOSÓFICA

Nesse capítulo propõe-se a exposição daquilo que, em Teoria Social, se convencionou designar como a dicotomia indivíduo-sociedade². O caminho a seguir é a análise da oposição entre o individualismo metodológico (IM) e o holismo ou coletivismo metodológico (HM), bem como de seus respectivos limites teóricos. Busca-se, ainda, o enquadramento da dicotomia nos movimentos da filosofia da ciência.

1.1 ESPECIFICAÇÕES TERMINOLÓGICAS PRELIMINARES

Esta seção busca evidenciar alguns limites conceituais, com os quais nos deparamos ao empreender análise dos métodos utilizados nas ciências sociais, através do esclarecimento do sentido de alguns termos centrais à discussão que se pretende desenvolver. Outros esclarecimentos e desenvolvimentos conceituais serão realizados ao longo do trabalho, quando for conveniente para a exposição.

1.1.1 Ontologia *versus* metodologia

Faz-se necessária, para o propósito da argumentação do presente texto, uma clara distinção entre teses ontológicas e teses metodológicas. Teses ontológicas são aquelas referentes à natureza do objeto da proposição. Por exemplo, “a sociedade é constituída somente de indivíduos”. Essa sentença versa sobre a natureza da sociedade, de que é constituída, de que *substância(s)* é composta. Outra possível tese ontológica sobre o mesmo objeto poderia ser a de que “a sociedade é constituída por coletivos de indivíduos”. Na verdade, uma infinidade de teses ontológicas sobre a sociedade ou

² Esse é apenas um dos termos utilizados em Teoria Social referentes às dicotomias que, de certo modo interligadas, evidenciam certos limites das teorias envolvidas na discussão. Outros termos possíveis são: subjetivo-objetivo, micro-macro e agência-estrutura.

qualquer outro objeto do conhecimento pode ser defendida. Teses ontológicas são proposições metafísicas, isto é, não necessariamente observáveis, orientadas para a identificação de características supostamente indelévels dos objetos das ciências, sem as quais eles não poderiam ser reconhecidos como são. É de se frisar que ontologias são visões de mundo; não carregam em si mesmas verdades absolutas e são tão concorrentes umas das outras quanto as diversas metodologias. O primeiro exemplo, acima exposto, é o que pode ser chamado de ontologia individualista que, como veremos, é a base ontológica do individualismo metodológico. O segundo exemplo ilustra uma forma de ontologia coletivista. A posição ontológica pode ser tomada explícita ou implicitamente. Contudo, toda prescrição metodológica pressupõe, mesmo que implicitamente, uma ontologia, ou seja, uma visão sobre a natureza do objeto da investigação.

As teses metodológicas, por sua vez, são referentes às formas de aquisição de conhecimento sobre os objetos das ciências. São o conjunto de prescrições para a formação e articulação de conceitos. A metodologia individualista orienta que explicações de quaisquer fenômenos ‘sociais’ devem ser construídas com base em conceitos que se refiram aos agentes individuais da sociedade. Em contraste com essa posição epistemológica o holismo ou coletivismo metodológico implica que os termos utilizados nas explicações devem ser de natureza coletiva ou ‘social’.

1.1.2 Reduccionismo *versus* redução

Toda prática científica, independente do seu objeto, se natural ou social, implica algum grau de simplificação ou redução a unidades elementares. Esse é um procedimento tanto inevitável quanto desejável. Um mapa de uma cidade do tamanho da cidade não tem utilidade, pelo menos enquanto referência. O que deve ser colocado em questão não é a redução, mas o *reduccionismo explanatório*.

O reducionismo explanatório é a doutrina segundo a qual as explicações de fenômenos complexos devem ser realizadas em termos de apenas um nível, tipo ou unidade (HODGSON, 2007a). Por exemplo, um reducionismo da física é aquele que requer que todas as explicações de processos biológicos, químicos, etc., devem ser feitas em termos apenas de elementos da física. No entanto, esse apelo pelo reducionismo não é exclusivo das ciências naturais. Para o sociólogo Jon Elster essa é uma estratégia explanatória que deve ser perseguida com afinco também pelos cientistas sociais: reduzir os fenômenos sociais complexos a seus elementos constitutivos mais simples, os indivíduos, faz parte do programa de pesquisa proposto pelo autor (RATTON JÚNIOR & MORAIS, 2003). É claro que isso pressupõe que, para as ciências sociais, a unidade de análise mais elementar é o indivíduo ou, nos termos de NOGUERA (2003), “unidades psicofísicas de ação”.

Não obstante, o reducionismo pode seguir, nas ciências sociais, o caminho oposto: a redução de todas as explicações de fenômenos sociais ao nível das estruturas sociais. Como veremos na próxima seção, cada uma dessas formas de reducionismo têm seus próprios pressupostos e implicações. O que é interessante demarcar por hora é que essa idéia leva uma conotação negativa, pois, apesar de ser um princípio não refutável, o reducionismo explanatório, pelo menos em suas formas extremas, não parece plausível. Como nota HODGSON (2007a, p. 102): “(...) *in no science are the canons of reductionism strictly enforced. Yet the sciences achieve results*”.

1.2 A DICOTOMIA INDIVÍDUO-SOCIEDADE NA METODOLOGIA

Esta seção busca evidenciar a existência da dicotomia indivíduo-sociedade a partir da exegese das prescrições metodológicas individualista e coletivista, mostrando suas diferentes ênfases sobre os elementos da vida social e a mútua exclusividade de suas orientações.

1.2.1 O Individualismo Metodológico (IM) e o Holismo ou Coletivismo Metodológico (HM)

Considerando toda as dificuldades, ambigüidades e imprecisões encontradas na própria literatura sobre filosofia das ciências sociais e metodologia econômica em tornar clara a apreensão e relação dos termos IM e HM³, pode ser frutífera a apresentação dos tópicos tendo como base pelos menos duas questões principais a partir das quais podemos confrontar os sentidos de algumas versões dessas doutrinas e entender a dicotomia resultante. São elas:

- (i) Que tipo de sujeito é admitido nas análises das ciências sociais?
- (ii) A interação entre os indivíduos gera um ‘algo mais’ que sua mera soma e /ou existe um ‘algo mais’ que influencia os indivíduos em suas ações e, portanto, importa para a explicação em ciências sociais?

1.2.1.1 Questão (i): Que tipo de sujeito é admitido nas análises das ciências sociais?

A discussão dessa questão é pressuposta por outra relacionada à epistemologia das ciências empíricas de forma geral e das ciências sociais em particular: a *causalidade* como elemento central da explicação científica. Isso simplesmente significa a admissão de que todo evento ou fato que seja objeto de qualquer ciência empírica deve ter, na sua origem, uma ou mais causas. A explicação científica se ocupa, então, conforme a natureza do objeto de cada ciência particular, em iluminar as causas dos fenômenos sob observação. Nas ciências sociais em particular soma-se a isso o fato de que a causalidade está relacionada a um elemento exclusivamente humano (não admitido para os objetos das ciências naturais) de *intencionalidade* ou *propósito*. Em outros termos, as ações dos

³ Imprecisões e ambigüidades são destacadas por HODGSON (2007b), LUKES (1968).

agentes das ciências sociais são orientadas a fins, a objetivos, postos por estes mesmos agentes. Existe ainda, como será exposto, a questão da suficiência da ação humana para o esclarecimento das causalidades que atuam nos fenômenos sociais; se de fato, entender as ações humanas e suas conseqüências é, além de condição necessária, suficiente para a formulação de explicações satisfatórias de tais fenômenos.

Seguindo o caminho proposto, é a partir desse elemento de teleologia exclusivo das ciências sociais que se pode apontar as primeiras diferenças cruciais entre o IM e o HM. A questão “que tipo de sujeito é admitido na análise das ciências sociais?” diz respeito, antes de mais nada, ao elemento ao qual pode ser atribuída ação teleológica, implicando, no plano metodológico, qual será a unidade de análise adotada. O IM pressupõe a afirmação ontológica de que “*los únicos entes reales de que se compone la sociedad son los individuos, siendo cualquier otra entidad supraindividual una mera agregación de individuos o de sus propiedades*” (NOGUERA, 2003. p. 103). Ainda segundo Noguera (2003) uma prescrição metodológica que se pretenda individualista e que não tenha como pressuposto tal posição ontológica acerca do mundo social corre o risco de se desenvolver sobre uma epistemologia altamente irrealista ao dissociar as unidades de análise previstas pela metodologia dos entes reais existentes no mundo social. Além do que, o IM desenvolvido a partir desses traços serviria como um “corretivo anti-metafísico”, de forma que seria proibido atribuir poder explicativo a elementos não observáveis.

Nesse ponto podemos lembrar a definição de IM de Jon Elster, um de seus mais fervorosos defensores (RATTON JÚNIOR & MORAIS, 2003; HODGSON, 2007b) segundo a qual o IM é a doutrina em que todos os fenômenos sociais – sua estrutura e sua mudança – são, em princípio, explicáveis de forma que somente envolvam indivíduos – suas propriedades, seus objetivos, suas crenças e suas ações. Para Ludwig von MISES (1949, p.11), um dos mais importantes representantes da escola austríaca, “todas as ações são executadas por indivíduos” e “o coletivo social não tem existência e realidade fora dos atos dos seus membros individuais”. Joseph AGASSI (1960;1975), que ofereceu importantes contribuições à discussão, afirma que para o individualista metodológico

somente os indivíduos são agentes responsáveis e segue-se daí então que o IM é: “*the theory which ascribes the power to act to all and only to those who have the power to decide, and which ascribes this power to all and only to individuals; not to collectives, and not to computers, etc.*” (1975, p.144).

Dessa forma, ao considerar a tese ontológica de que os indivíduos são os únicos entes reais na sociedade com poder de decisão e ação e, por implicação, imposição de causalidade no mundo, o IM torna legítima a reivindicação de que toda a explicação de fenômenos e estados desse mundo deve ser referida somente em termos desses entes individuais, de suas ações, propriedades, etc., e nada para além. No entanto, a questão não pode ser fechada a essa altura. Acerca da tese de que a ação humana é teleológica, orientada por propósitos há pouca, se alguma, disputa. Desde Marx, cuja metodologia dificilmente pode ser identificada com o individualismo, até os neoclássicos, passando pelos austríacos, o agente humano move-se em direção a um fim pré-determinado. A diferença fundamental que aqui nos interessa para um entendimento mais abrangente da doutrina do IM é que, para parte de seus defensores, a ação intencional individual é um elemento de causalidade tanto necessário quanto *suficiente* para que possamos entender e explicar quaisquer fenômenos sociais. Fica claro, segundo esses autores, que causalidade e ação humana se fundem nas ciências sociais. Mises escreveu que “como categoria prioritária, o princípio da ação está ao mesmo nível que o princípio de causalidade (...) é o vapor do motor socioeconômico” (MISES 1960, citado por HODGSON, 1994, p. 60).

Tal crença é reafirmada por Friedrich HAYEK, outro importante autor austríaco, que sugere: “*there is no other way toward an understanding of social phenomena but through our understanding of individual actions directed toward other people and guided by their expected behaviour*” (1948, p.6) e também pelo filósofo da ciência Karl POPPER (1945, p.98) para quem: “*(...) all social phenomena, and especially the functioning of all social institutions, should always be understood as resulting from the decisions, actions, attitudes, etc., of human individuals, and (...) we should never be satisfied by an explanation in terms of so-called ‘collectives’ (...)*”.

Muito embora os autores supracitados sejam defensores do IM, o são em versões distintas, pois divergem em pontos que são de algum interesse, como veremos, para o escopo desse trabalho. Hayek e Mises são adeptos de uma forma de individualismo que pode ser reconhecida sob o termo de *psicologismo*, enquanto Popper e outros rejeitam suas simplificações (trataremos de Popper e seus seguidores em seguida). De forma básica e geral, a idéia central do psicologismo de Hayek é a de que o entendimento das ações humanas não é objetivo das ciências sociais, mas sim da psicologia, o que leva a pensar que os determinantes mesmos das ações são totalmente internos ao indivíduo, introduzindo um subjetivismo extremo. E ele o afirma, como lembra HODGSON (1994), com a autoridade de um teórico em neuropsicologia (HAYEK, 1952). MISES (1949, p. 11-12) fala vagamente sobre “ocorrências psicológicas que resultam em ações”. Ora, se somente as ações individuais importam para o entendimento e explicação dos fenômenos sociais e essas mesmas ações não podem ser iluminadas pelos cientistas sociais, sugerindo que fatores sociais devem ser completamente excluídos da análise, estando, se possível, sob o domínio da psicologia, podemos esperar que, no fim e ao cabo, todos os fenômenos sociais seriam passíveis de explicações puramente psicológicas (HAYEK, 1948, p. 67). É justamente essa a definição de psicologismo oferecida por AGASSI (1975, p. 144):

The theory that every social theory, economics, sociology, political theory, etc., is reducible to psychology; that every social explanation can be fully explained, in its turn, by a purely psychological explanation (using only laws of psychology, and also laws of physics and biology, etc., but not of sociology, etc.); that any social theory is in the final analysis a branch of psychology.

No entanto, mesmo com essas considerações, Hayek não parece se esforçar para pôr em prática tal reducionismo psicológico. Ao invés disso, enquanto cientista social, toma o agente individual como um *dado* e deduz de suas ações os resultados legítimos das ciências sociais sem se preocupar com os fatores determinantes da ação. LUKES (1968, p.126) observa que uma das bases que torna uma manobra teórica desse tipo possível é a idéia de David Hume, exposta do seu livro *Essays Moral and Political* de 1846, de que

existe uma ‘natureza humana’ imutável ou, pelo menos, bastante rígida: “*mankind are...much the same in all time and places*”. Dessa forma pode vir também a tentação de rotular os trabalhos de pensadores como Hayek de *atomismo social*, uma vez ignorado o papel de fatores sociais na constituição mesma das preferências e objetivos individuais que guiam suas ações. Esse ponto, no entanto, não está livre de discussões como a de KERSTENETZKY (2005) que sugere o rótulo “individualismo interativo” para os trabalhos de Hayek uma vez que ele considera que as ações de um agente são influenciadas pelas, e baseadas em expectativas sobre, as ações de outros agentes relevantes. Talvez possamos apontar como um forte exemplo de atomismo social a análise dos primeiros utilitaristas como Jeremy Bentham e John Stuart Mill que sugere que “*the laws of the phenomena of society are, and can be, nothing but the actions and passions of human beings (...) the laws of individual human nature*” (MILL citado por LUKES, 1968, p.119). Em comum nas prescrições metodológicas de Hayek, Mises e dos utilitaristas está o fato de que nenhuma delas suporta a introdução de fatores sociais na análise, como parte da explicação dos fenômenos investigados.

Nesse contexto de *extremos*, qualquer doutrina que não admita que somente os indivíduos são entes dotados de intencionalidade pode ser considerado partidário da concepção coletivista do HM. Mais especificamente os holistas atribuem realidade e, por isso, poder explanatório a entidades supraindividuais. Segundo essa perspectiva, o agente individual e seu comportamento são orientados conforme os *interesses* dessas entidades sociais, implicando uma outra forma de reducionismo explicativo, qual seja, a de que os fenômenos sociais podem ser inteiramente entendidos e explicados em termos dessas entidades supraindividuais, sem referência necessária a indivíduos, particulares ou ideais. Sem dúvida, no entanto, é mais difícil encontrar adesões explícitas a idéia de que entidades sociais possam ter ‘estados mentais’ ou possam ‘agir’ como sujeitos individuais, tomar decisões, etc., a despeito da sugestão de alguns autores de que leituras das obras de Marx guardem esse tipo de afirmação ao atribuir, por exemplo, ‘interesses’ a classes sociais. Talvez um dos exemplos mais claros desse tipo de leitura de Marx seja o

ilustrado pelo Estruturalismo de Louis Althusser e sua teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado, onde toda a organização social é idealizada e posta em prática pelo Estado de uma forma tal que os cidadãos permanecem ao sabor das decisões desse ente supraindividual (ALTHUSSER, 1980).

Talvez o mais próximo que possamos chegar da definição de uma perspectiva holista plausível seja aquela oferecida por AGASSI (1975) segundo a qual os interesses individuais são inteiramente determinados pelos interesses sociais existentes. Essa definição é pertinente quando se observa o esquema teórico desenvolvido por Émile DURKHEIM (1982) e, posteriormente, Talcott PARSONS. Para GIDDENS (1978) a teoria de Durkheim e Parsons permite tratar os propósitos individuais como “valores introjetados” a partir de uma tripla conexão “social-moral-proposital”.

Vale notar que interesses podem ser nominalmente atribuídos a entidades ou grupos sociais guardando referência implícita aos interesses de seus membros. Por exemplo, a afirmação de que o “sindicato dos bancários não aceita um reajuste salarial menor que a inflação” pode significar simplesmente, pressupondo uma gestão sindical democrática e honesta, que todos, ou a maioria, de seus membros não estão de acordo com um reajuste salarial menor que a inflação. Isso de forma nenhuma é suficiente para equipararmos a entidade ou grupo social ‘sindicato dos bancários’ a um agente intencional autônomo.

1.2.1.2 Questão (ii): A interação entre os indivíduos gera um ‘algo mais’ que sua mera soma e/ou existe um ‘algo mais’ que influencia os indivíduos em suas ações e, portanto, importa para a explicação em ciências sociais?

Considerando o que foi dito acima não é de se estranhar que a resposta de autores como Hayek e Mises a uma tal questão seja contundentemente negativa. De acordo com suas perspectivas, se somente os indivíduos são reais e eficazes (capazes de impor causalidade ao mundo), esses são os únicos elementos que devem figurar no *explanans*.

No entanto, alguns pensadores, entre eles importantes individualistas, rejeitam essa posição demasiadamente restritiva, como é o caso dos filósofos Karl Popper e Joseph Watkins. AGASSI (1960,1975) torna esse fato evidente quando, ao beber na fonte de Popper (TOBOSO, 2001), procura desfazer qualquer ligação necessária entre o IM e aquele psicologismo presente nos trabalhos dos austríacos. A água que brota dessa fonte é a idéia de “lógica situacional”, apresentada na Vigésima-quinta Tese da Lógica das Ciências Sociais, obra de 1961, como um *método puramente objetivo* para as ciências sociais: “tal método consiste na análise da situação do indivíduo, na busca de explicar a ação a partir da situação” (FERNÁNDEZ & MARIN, 2002. p.7-8). De que forma então, podemos perguntar, a situação do indivíduo deve ser considerada na explicação de suas ações? Não seria essa situação um ‘algo mais’ para além dos indivíduos, um outro domínio (social, supraindividual, etc.)? É possível explicá-la?

WATKINS (1952, p.186), discípulo de Popper, e um dos mais diligentes defensores do princípio da metodologia individualista nos oferece a seguinte imagem: “*This principle states that social processes should be explained by being deduced from principles governing the behaviour of participating individuals and from analyses of their situations, and not from super-individual, ‘holistic’, sociological laws*” (ênfases removidas). Se antes tínhamos que o agente individual era tomado como um dado, agora temos também sua situação como um dado. Nesse ponto, alguns autores como HODGSON (1994, 2007a) e LUKES (1968) põem em questão o rótulo ‘individualismo’ uma vez que é admitido um elemento não-individual na análise, a situação. Mas se continuarmos acompanhando o raciocínio de Watkins veremos que ele busca preservar a legitimidade do termo IM.

A inclusão, no *explanans*, da situação do agente é, evidentemente, um afrouxamento no uso dos termos permitidos pela metodologia individualista que permite um aumento no seu escopo no sentido de que se abre a possibilidade de explicação da formação dos propósitos individuais conforme a situação. Ao defender esse ponto WATKINS (1957, p. 110) escreveu:

Now methodological individualism certainly does not prohibit attempts to explain the formation of psychological characteristics; it only requires that such explanations should in turn be individualistic, explaining the formation as the result of a series of conscious or unconscious responses by an individual to his changing situation.

Ou ainda (p.111):

That human mind develops under various influences the methodological individualist does not, of course, deny. He only insists that such development must be explained 'innocently' as a series of responses by the individual to situations and not 'sinisterly' and illogically as a direct causal outcome of non-psychological factors, whether these are neurological factors, or impersonal factors alleged to be at work in history.

Se então as próprias características psicológicas dos sujeitos são passíveis de explicações em termos das escolhas individuais em determinadas situações, abarcando assim uma série de críticas dirigidas à incapacidade do IM em lidar com a formação dos propósitos (considerando que tal forma de explicação da formação de propósitos seja realmente possível, ver próxima seção), falta ainda a explicação das próprias situações que servem como pano de fundo da ação individual. O próprio WATKINS (1957, p.106) é quem exige isso da metodologia quando escreve: “*Every complex social situation, institution, or event is the result of a particular configuration of individuals, their dispositions, situations, beliefs, and physical resources and environment*”. E segue:

There may be unfinished or half-way explanations of large-scale social phenomena (say, inflation) in terms of other large-scale phenomena (say, full employment); but we shall not have arrived at rock-bottom explanations of such large-scale phenomena until we have deduced an account of them from statements about the dispositions, beliefs, resources, and inter-relations of individuals.

A sugestão parece ser a de que termos relativos a elementos não-individuais, ou a fenômenos de larga escala, podem ser introduzidos na análise de forma a ajudar na determinação da situação, mas nunca podem ser levados até o fim caso se pretenda a construção de uma explicação em acordo com o princípio do IM. Que a inflação seja explicada pelo pleno emprego não é exatamente condenável desde que seja possível

prosseguir na explicação e deduzir o pleno emprego das disposições, crenças, recursos e inter-relações dos indivíduos envolvidos. Em outras palavras, explicações finais devem ser aquelas capazes de *reduzir* qualquer fato social em fatos sobre indivíduos.

Esse reducionismo é adotado como meta pelos individualistas metodológicos. Tem estado cada vez mais em voga na macroeconomia, por exemplo, a busca pelos *microfundamentos*, a dissolução do macro no micro, a dedução dos resultados dos agregados macroeconômicos a partir da análise do comportamento individual. Sob esse mandamento, uma teoria macroeconômica que não possa ser expressa através dos seus microfundamentos, geralmente tendo como ponto de partida a função utilidade de um indivíduo representativo, tem, fatalmente, seu status científico seriamente abalado no meio acadêmico.

Não obstante, umas das idéias-chave para que o IM se faça inteligível é o conceito que se origina na obra do sociólogo Max Weber de “conseqüências não intencionais das ações individuais”. Para CALDWELL (citado por FERNÁNDEZ & MIRAN, 2002, p. 13) o método da lógica situacional de Popper se confunde com o estudo das repercussões sociais não-intencionais de ações humanas intencionais. Já WATKINS (1952) recorre a esse conceito como um mecanismo teórico alternativo ao conceito metafísico de mão invisível na teoria de Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, de forma torná-la mais inteligível. O argumento seria que a busca intencional de cada indivíduo pela satisfação de suas próprias necessidades tem, *como conseqüência não intencional*, dada a divisão do trabalho, a possibilidade da satisfação das necessidades alheias.

Segundo NOGUERA (2003), com o auxílio deste conceito, o IM proporciona explicações finais (microfundamentadas) de fenômenos e propriedades macrossociais resultantes de concatenações de ações individuais, que em separado não as produziriam, e que os holistas não podem ou se recusam a explicar.

A diferença do HM para o IM, mesmo aquela versão que admite o ‘algo mais’, é que, para o primeiro, esse ‘algo mais’ não pode ser explicado em termos de indivíduos. De fato, o HM é conhecido por asserções ontológicas do tipo: a sociedade é algo mais que

a mera soma dos indivíduos que a compõe. E esse ‘algo mais’, geralmente na forma de coletividades, estaria sujeito a ‘leis sociológicas’ autônomas, *sui generis*, que, embora se manifestem através do comportamento dos indivíduos, são deles independentes. A implicação dessa posição é que explicações de fenômenos sociais devem ser levadas a cabo com referência tão somente a essas coletividades e suas ‘leis’, sem que seja necessária qualquer menção da intencionalidade individual. Mais uma vez, o exemplo mais explícito e caricatural dessa visão é, provavelmente, o método coletivista de Durkheim para quem:

a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, e sim sistema formado pela sua associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios (...) É, pois, na natureza desta individualidade, e não nas das unidades componentes, que é preciso ir buscar as causas próximas e determinantes dos fatos que nela se produzem (DURKHEIM, 1982, p.90-91).

Dessa maneira, de acordo com Durkheim, a interação entre indivíduos imersos em coletividades gera propriedades e fenômenos que são analiticamente irreduzíveis à fenômenos individuais. E mais, e essa é a tese ontológica que a baseia, são mesmo independentes das atividades individuais ocupando uma dimensão própria, extraindividual.

Uma versão mais sofisticada do HM é a aquela em que a sociedade é formada por determinações estruturais coletivas *sui generis* – no sentido de que não são redutíveis aos indivíduos – inter-relacionadas entre si como um corpo orgânico, e que influenciam suas partes componentes, os indivíduos, através da ocupação destes de lugares em um esquema de posições sociais, entendidas como suas funções orgânicas, dando um ar funcionalista às teorias que inspiram. É a partir da análise das posições ocupadas que se pode entender e explicar o comportamento, interesses, preferências, etc., de um agente individual. O esquema de posições é o elo, que falta nas versões mais simples do HM, entre as estruturas sociais e os indivíduos. No entanto, falta à concepção coletivista a ligação oposta: de como os indivíduos, posicionados de forma específica na malha institucional da sociedade, pode influir nas instituições mesmas. Além do que, não há,

conceitualmente, espaço para liberdade individual na tomada de decisões. É uma versão semelhante a essa que WATKINS (1952, 1957) e outros individualistas mais freqüentemente atacam e se opõem.

Destarte, com relação à questão (ii) sobre se há um ‘algo mais’ que surge da interação entre os indivíduos e se isso pode ou deve ser incluído nas análises das ciências sociais vimos que as respostas do IM divergem, apontado para diferentes versões do mesmo. A versão identificada com o psicologismo responde prontamente que não, não há ‘algo mais’ que surge da interação dos sujeitos, nem tampouco algo para além dos indivíduos que deva ser levado em conta nas análises de fenômenos sociais uma vez que os determinantes das ações individuais são internos aos sujeitos. A versão menos restritiva, na linha de raciocínio de Popper e Watkins, sugere que elementos não-individuais, como fenômenos de larga escala, podem ser utilizados nas ciências sociais. Muito embora, segundo as prescrições individualistas, não se terá alcançado a suficiência nas explicações enquanto estas não puderem ser construídas com enunciados referentes somente a indivíduos, suas disposições, recursos, etc. O holista por outro lado, responde prontamente que sim e adiciona que esse ‘algo mais’ não pode, como quer o individualista, ser explicado em termos puramente individuais. Para Durkheim, essas estruturas ou forças sociais não dependem de sua manifestação nos comportamentos individuais. Os indivíduos é que são determinados pela sociedade e assim deve proceder a explicação de seus atos.

1.2.2 Limites e problemas do IM e do HM: a dicotomia

Essa subseção propõe o resgate de algumas das críticas mais comuns a ambas as doutrinas metodológicas de forma a identificar seus pontos fracos e justificar as tentativas de superação de seus limites. Não se pretende, no entanto, esgotar o assunto.

As críticas dirigidas ao tipo de individualismo comum aos autores da escola austríaca recaem, primeiramente, sobre a tese da ação animada por propósitos e seu subjetivismo (HODGSON, 1994). Não se trata, obviamente, de negar que ações humanas são teleológicas, o que seria um absurdo, mas sim de pôr em questão a idéia de que toda e qualquer ação humana pode ser entendida como guiada meramente por propósitos individuais em um ambiente material, negando qualquer influência de fatores sociais sobre as ações dos atores.

Defende-se aqui que seria um erro seguir a escola austríaca e elevar o princípio do propósito individual ao estatuto de um princípio universal que rege toda a ação humana. Nos escritos destes teóricos não se faz uma diferenciação adequada entre ações cuidadosamente planejadas e outras, como os hábitos, etc. A intransigência de von Mises e dos seus discípulos a respeito destes pontos deriva do dogma simples de que “a economia é a ciência da ação animada por propósitos”, com a consequência imediata de que tudo o mais tem de ser excluído do domínio (HODGSON, 1994, p.58)

Essa exclusão implica que, no ponto de partida da análise, os indivíduos e seus propósitos devem ser tomados como *dados*, eliminando do escopo das ciências sociais a explicação da formação de qualquer característica psicológica dos sujeitos, como preferências, disposições, etc. Essa forma de atomismo também está presente nos trabalhos dos economistas neoclássicos que se negam a modelar as preferências individuais ou, quando o fazem, como BECKER (1996), sempre têm de supor uma função de utilidade primária imutável ou uma meta-função de utilidade, como que representando os mais profundos traços psicológicos do indivíduo sobre os quais se erigem suas preferências. Essa forma mais restrita do IM, coincidente com o psicologismo, em que as explicações das propriedades e fenômenos sociais só devem se referir a indivíduos e suas ações, essas mesmas permanecendo sem qualquer explicação para além da psicologia, é considerada por muitos implausível para as ciências sociais (AGASSI 1960, 1975; HODGSON, 1994, 2007a, 2007b; LUKES, 1968).

A versão do IM de Popper e Watkins parece menos implausível (MILLER, 1978) por admitir certa dose de influência social e institucional na formação dos propósitos

individuais aliviando as restrições impostas pelo IM do tipo psicologista. Como vimos, as explicações sobre essa perspectiva mais ampla são construídas a partir da análise dos indivíduos e de suas situações, abrindo, assim, a possibilidade de explicação da formação dos propósitos individuais, muito embora tais explicações devam permanecer no nível individual. Os propósitos individuais somente podem ser explicados com referência a séries de respostas dos indivíduos quando confrontando com suas situações.

O problema maior surge, nessa versão do IM, quando se procura explicar justamente os fatores que exercem influência sobre os propósitos e ações individuais, materializados, por assim dizer, em suas situações. Termos referentes a fenômenos de larga escala, como inflação ou pleno emprego, podem ser, segundo Watkins, satisfatoriamente utilizados na explicação de outros fenômenos de larga escala somente se puderem ser deduzidos das ações de indivíduos e de suas situações. Mas se buscarmos entender as situações destes indivíduos cujas ações propositais resultaram no pleno emprego, só poderemos estar satisfeitos ao alcançarmos explicações em termos de outros indivíduos e suas situações, e assim, indefinidamente até chegarmos a um hipotético ‘estado de natureza’ original pouco provável tanto teórica, e muito mais, quanto praticamente. Dessa forma, o individualista metodológico se confronta com um “problema de regressão infinita” que surge da ênfase exclusiva em abordagens “de baixo pra cima”, ou seja, das partes para o todo, dos indivíduos para a sociedade (HODGSON, 2001).

NOGUERA (2003, p. 122) reconhece a dificuldade do IM em lidar com questões relativas às determinações sociais ou estruturais das ações, mas, baseado na idéia de GIDDENS (2003) de que as instituições ou estruturas sociais não operam independentemente da agência humana, permanece fiel ao IM: “*En este sentido, las instituciones o ‘estructuras’ siempre son, a la postre, prácticas de individuos, incluso aunque estén parcialmente coaccionadas por las de otros individuos (que, a su vez, están coaccionadas por las de otros, y así sucesivamente)*”. Um claro reconhecimento do problema de regressão infinita.

O ponto frágil dessa abordagem é que mesmo naquele hipotético ‘estado de natureza’, de onde as primeiras instituições devem emergir, um certo número de regras deve ser assumido como pressuposto de qualquer interação entre indivíduos dotados de propósitos. É nesse sentido que ARROW (1994), mesmo após enfatizar a desejabilidade de uma perspectiva individualista no sentido de evitar o determinismo social do coletivismo, mostra que “*economic theories require social elements as well even under the strictest acceptance of standard economic assumptions*” (p.4). Nas teorias do equilíbrio competitivo os preços são determinados nos mercados, que são instituições sociais; na teoria dos jogos, todo jogo, mesmo aqueles meta-jogos que pretendem explicar a emergência de instituições, devem ter na sua origem, uma matriz de *pay-offs* e regras dadas, que não podem ser explicadas em termos individuais. Por fim, ele admite que “*individual behaviour is always mediated by social relations. These are as much a part of the description of reality as is individual behaviour*” (ARROW, 1994, p.5).

As abordagens inspiradas pelo IM não são capazes de dar conta do fato de que qualquer interação entre indivíduos, por mais simples que possa vir a ser, pressupõe regras e, ainda antes disso, que os indivíduos sejam capazes de entender essas regras. O entendimento das regras e situações com as quais os indivíduos se defrontam depende das informações que esse indivíduo recebe, e o recebimento e processamento dessas informações, por sua vez, requerem um esquema cognitivo através do qual ele pode confrontar essas informações com seus conceitos adquiridos. Tal esquema cognitivo é desenvolvido, sobretudo, nos processos de socialização do indivíduo, desde seus primeiros dias de vida (DOUGLAS, 2007; HODGSON, 1994). Esses processos sociais de aquisição do aparato cognitivo não podem ser satisfatoriamente explicados mesmo pela versão mais ampla do IM de Popper e Watkins e por conta de incapacidades como essas LUKES (1968, p. 127) afirma que os fenômenos sociais “*have not been really eliminated; they have merely been swept under the carpet*”.

É interessante notar que ao reduzir toda a explicação ao nível individual, está sendo pressuposta, implicitamente, como antes, também a redução de toda a causalidade a esse

nível. Dessa forma, pode-se concluir que o problema maior do IM é o voluntarismo (BHASKAR, 1998): a idéia de que a sociedade é criação (consciente, deliberada) dos indivíduos.

Há pouco o que dizer contra a versão do HM que se caracteriza pela admissão de sujeitos supraindividuais que agem, da mesma forma que agentes humanos, em busca de seus próprios interesses. Isso porque, como sugere o título de um capítulo de DOUGLAS (2007, cap.1, p.23): “As instituições (ou coletividades) não podem ter opiniões próprias”, não se pode atribuir a elas as mesmas noções teleológicas que asseguram a especificidade dos seres humanos enquanto agentes sociais.

No entanto, não é tão estranho admitir, mesmo para os partidários mais sofisticados do IM, que estruturas e instituições sociais têm algum poder de influência sobre a formação de características individuais que governam o comportamento. O ponto fraco geralmente identificado pelos críticos do holismo é que, ao fazer isso, ele vai além e interdita qualquer aspecto de individualidade dos agentes, suprimindo, assim, toda a diversidade de uma população. Ao apontar as estruturas e determinações sociais como a fonte de todos os recursos, cognitivos e materiais, que os indivíduos precisam para se orientar em seus meios, o holista simplesmente remove o poder causal da agência individual e o inverte: o comportamento observável dos indivíduos é tão somente um reflexo do seu enquadramento estrutural ou coletivo. Dessa forma, ao analista basta entender como se dá o movimento no sistema de estruturas sociais e uma vez identificada a posição de um agente específico na malha institucional todo o seu comportamento, seus objetivos, preferências e disposições, pode ser explicado. Como ressalta GIDDENS (1978), o ‘ser social’ pode ser facilmente confundido com o ‘ser socialmente determinado’. Nesse sentido, o pecado holista contra o qual o individualista busca redenção é o do determinismo social.

Se o problema individualista é o voluntarismo, como visto acima, o problema holista é a reificação (BHASKAR, 1998; SOBER, 1980): a idéia de que a sociedade e suas instituições são um não produto da atividade humana, ou dela independem, deixando

em aberto as questões de suas origens e evolução. Ambas as perspectivas prescrevem metodologias reducionistas de forma que as explicações dos fenômenos e estados da sociedade são trazidas ao nível de apenas um de seus elementos constituintes (ALEXANDER, 1987). Sob a inspiração do IM os modelos e explicações seguem uma causalidade de via única, ascendente, ou seja, das partes para os todos, dos indivíduos para as instituições; o HM, ao contrário, impõe explicações de causalidade descendente, das instituições para os indivíduos.

A partir do exposto fica claro que o IM e HM são *mutuamente exclusivos*, como destaca LUKES (1968). A implicação dessa exclusividade é de extrema importância para o desenvolvimento das ciências sociais: quando um cientista social se propõe a analisar um fenômeno da sociedade ele deve, *aprioristicamente*, escolher qual será sua unidade básica de análise: os indivíduos (as partes) ou as estruturas ou instituições ou coletividades (os todos). Assim, nenhuma das perspectivas metodológicas oferece um esquema de formação de conceitos e teorias que sejam capazes de elucidar as relações entre as partes e os todos; ficam descobertos de análise os mecanismos de influência social de forma tal que o individualista deve tomar o indivíduo como um *dado* e o holista não é capaz de oferecer uma explicação adequada de como se alteram as preferências e propósitos individuais. Comum aos dois modelos de explicação é a falta de uma teoria satisfatória da dinâmica social e histórica. Dessa maneira nota-se que existe uma dicotomia indivíduo-sociedade, micro-macro ou agência-estrutura manifesta na oposição dos métodos de explicação em ciências sociais. Na próxima seção buscar-se-á demonstrar, com o auxílio de estudos históricos sobre a filosofia da ciência, que as raízes dessa dicotomia só podem ser alcançadas quando se ilumina a concepção que os sujeitos cognoscentes, os cientistas, têm de seu objeto social.

1.3 FILOSOFIA POSITIVISTA / EMPIRICISTA DA CIÊNCIA: EM BUSCA DAS ORIGENS DA DICOTOMIA

Esta seção busca identificar, com recurso às discussões sobre filosofia da ciência desde o início do século XX, a concepção da maior parte dos cientistas, inclusive sociais, sobre o seu objeto de estudo. Dessa forma pretende-se tornar claras as bases filosóficas sobre as quais é possível a existência de uma dicotomia indivíduo-sociedade e, assim, aproximarmos-nos das condições de sua possível superação.

1.3.1 Do Positivismo lógico ao Empirismo lógico

O positivismo lógico, surgido nos encontros do Círculo de Viena⁴, apresentou-se com a pretensão de solucionar pontos extremamente problemáticos na filosofia e nas ciências particulares. De fato, inaugura um novo campo da filosofia, relativamente autônomo dos demais, que busca tratar de questões envolvidas no processo do conhecimento científico, a filosofia da ciência. Acreditava-se que havia sido descoberta a real tarefa da filosofia: analisar proposições do conhecimento de forma a torná-las claras e livres de ambigüidades, a saber, livres de elementos não observáveis. No entanto, depois de meados dos anos 1930, aparece uma posição positivista mais sofisticada, com um empirismo menos radical do que o do positivismo lógico – conhecida como empirismo lógico – que emerge justamente dos problemas e limites impostos pela tradição do positivismo lógico.

A tarefa assumida no programa lógico-positivista seria, então, levada a cabo a partir da busca incessante em livrar a ciência de qualquer conteúdo metafísico, menos

⁴ O Círculo de Viena foi um grupo de discussão sobre filosofia da ciência inicialmente organizado pelo físico e filósofo Moritz Schlik a partir de 1925 e que teve encontros regulares por onze anos, contando com a presença de físicos, matemáticos e filósofos, cuja produção ficou conhecida sob o rótulo de positivismo lógico. Contou, entre outros, com as contribuições de Rudolf Carnap, Herbert Feigl, Philip Frank, Kurt Godel, Hans Hahn, Karl Menger, Otto Neurath e Friedrich Waisman (CALDWELL, 1982, p. 11).

pelo fato de que asserções metafísicas eram consideradas falsas do que sem significado cognitivo, portanto, inúteis para o conhecimento científico. O que diferenciava o positivismo lógico das formas mais antigas de positivismo era, segundo CALDWELL (1982), o uso da *análise lógica* no tratamento dos objetos da ciência que permanecem, como nas versões anteriores do positivismo, exclusivamente compostos de elementos empíricos, ou seja, postos aos sentidos, à experiência e interpretados através de uma *linguagem observacional*, livre de preconceitos e ambigüidades.

O programa lógico-positivista defendia que somente proposições com *significância cognitiva* – proposições analíticas ou sintéticas – eram permitidas no discurso científico, enquanto proposições metafísicas eram tidas como sem sentido ou sem significância cognitiva⁵. De forma a isolar as proposições metafísicas das não-metafísicas foram propostos certos *critérios de demarcação*. A idéia fundamental aqui é o conceito de testabilidade: proposições poderiam ser consideradas portadoras de significância até onde estivessem sujeitas a um teste empírico, ou seja, à verificação observacional.

O primeiro dos critérios de demarcação sugeridos pelo positivismo lógico foi o *critério da verificação*, segundo o qual todas as proposições deveriam passar pelo teste empírico e, se validadas, seriam consideradas aptas ao discurso científico, isto é, seriam consideradas proposições com significância cognitiva. A reprovação no teste empírico levaria a proposição ao nível de metafísica, inútil, portanto, às ciências. No entanto, o critério de verificação sofria de uma impossibilidade lógica: para que a uma proposição fosse atribuída o status de cognitivamente significativa ela deveria passar por infinitos testes empíricos. Tamanho era o peso dessa limitação que foi proposto um novo critério de demarcação das proposições: o *critério da confirmação*. Sob esse critério uma proposição, exposta a um número finito de testes empíricos, ganharia um grau maior de cientificidade ao passo que fosse confirmada por um número cada vez maior de testes (CALDWELL, 1982, p. 20-23). Esse critério foi largamente aceito entre os lógico-

⁵ Proposições analíticas são assertivas tautológicas; proposições sintéticas são aquelas sujeitas à verificação empírica.

positivistas e desenvolvido nas décadas seguintes. Todavia, permanece sem solução o ‘problema da indução’. Sua formulação implica na impossibilidade de verificação conclusiva de uma proposição científica dado o problema da testabilidade infinita. Essa questão foi a base de inúmeros desenvolvimentos posteriores – marcando o início do empirismo lógico com destaque para Carl Hempel – como a tentativa de definir métodos e condições de confirmação através, entre outros, do estudo da probabilidade e da inferência indutiva e, por fim, o surgimento de outros critérios de avaliação de hipóteses culminando na mudança da ênfase dos critérios de demarcação de proposições científicas e não-científicas para a avaliação de teorias competitivas (CALDWELL, 1982, p. 22-23).

No bojo dessas tentativas de solucionar o problema de demarcação entre as proposições com e sem significado cognitivo surge outra questão-chave para os positivistas lógicos, a saber, o uso de termos teóricos que, em si mesmos, não podem ser avaliados empiricamente entrando em contradição com a prática científica, o que implicou na determinação lógica da estrutura das teorias científicas – o modelo hipotético-dedutivo, o H-D. Como vimos, para o positivismo lógico todas as proposições, incluindo os termos teóricos, deveriam passar pelo teste empírico a fim de se consagrarem úteis à ciência. Essa visão foi rejeitada pelos empiristas lógicos como Hempel, Carnap e Oppenheim que sugeriram que as teorias fossem entendidas como um *sistema interpretativo*, de forma tal que,

an interpretative system need not provide an interpretation – complete or incomplete – for each term in theoretical vocabulary individually. In this respect it differs from a set of definitions, which specifies for each term a necessary and sufficient condition, and from a set of reduction sentences, which provides for each term a necessary and a – usually different – sufficient condition (Hempel, citado por CALDWELL, 1982, p. 24).

Dessa forma, a solução oferecida para o problema dos termos teóricos é o sistema H-D. A partir de então não faz mais sentido o julgamento de proposições isoladas, as teorias devem ser testadas como um sistema completo. Segundo esse modelo a estrutura das teorias científicas

envolvem pelo menos uma lei universal, mais uma declaração de condições relevantes iniciais ou de limites, que, juntas, constituem a *explanans* ou premissas a partir das quais uma *explanandum*, um enunciado sobre algum evento cuja explicação estejamos buscando, é deduzida com a ajuda das regras da lógica dedutiva (BLAUG, 1999, p. 39).

Com o modelo H-D, largamente aceito entre os positivistas modernos, abre-se a possibilidade para a ciência de incluir proposições que fazem referência a entidades não-observáveis, uma vez que as teorias passam a ser testadas como um todo, embora, ainda empiricamente. Na teoria neoclássica o famoso ensaio de 1953 de Milton Friedman que torna explícito que o que importa não é o realismo das proposições e pressupostos, mas a capacidade de previsão da teoria como um todo, é um dos exemplos mais claros do empirismo na ciência econômica. É de se frisar também que o modelo H-D é o preferido entre os individualistas metodológicos. Com essas observações cobrimos, de maneira muito sucinta, o movimento filosófico que transformou o positivismo lógico no empirismo lógico, mais moderado, mas ainda tendo como pedra-de-toque a observação empírica. A seguir veremos como Karl Popper empreendeu suas críticas contra essas tradições, seus efeitos e suas implicações para a filosofia das ciências.

1.3.2 As críticas de Karl Popper ao projeto positivista / empiricista

Karl Popper, um dos filósofos da ciência mais conhecidos entre os economistas, empreendeu severas críticas contra o positivismo lógico, dando início, nos anos 60, ao que BLAUG (1999, p. 38) chamou de “situação de tumulto” na filosofia da ciência. Suas ênfases dirigiram-se ao problema da indução e à impossibilidade de uma linguagem puramente observacional, ou seja, livre dos preconceitos teóricos do observador. É ilustrativa de sua posição crítica a frase, destacada por CALDWELL (1982, p. 21), na qual ele afirma: “*positivists, in their anxiety to annihilate metaphysic, annihilate natural science along with it*”. Seu ponto de vista o levou a questionar o critério de demarcação

da verificabilidade, rejeitando, assim, as tentativas de diferenciar proposições com significado cognitivo de proposições sem sentido para a ciência.

Como visto acima, dado o problema da testabilidade infinita, é impossível chegarmos a uma posição segura sobre a significância de uma proposição a partir do teste empírico. Aceitando o desafio de oferecer uma solução mais plausível para o problema da indução, Popper sugere que um novo critério de demarcação deve ser adotado: o falsificacionismo ou falseabilismo. A partir de então, o interesse não é mais o de atribuir significância cognitiva às sentenças, mas o de assegurar que as proposições sejam falseáveis⁶. Esse seria, segundo Popper, um critério mais adequado para distinguir proposições que podem ser consideradas científicas das não científicas. No entanto, o falseabilismo ao nível das proposições individuais ainda se encontra em uma forma “ingênua” e excessivamente restritiva, típica dos primeiros trabalhos de Popper, ao avanço do conhecimento científico, pois uma única observação falsificadora seria suficiente para que uma proposição fosse completamente descartada. Contudo, em trabalhos mais maduros Popper desenvolve um falsificacionismo “sofisticado” que “não trata as hipóteses como construções isoladas; em vez disso, são tratadas com partes de sistemas teóricos mais amplos, dinâmicos, que evoluem ao longo do tempo” (HODGSON, 1994, p. 39). Vale notar a compatibilidade dessa noção mais ‘sofisticada’ do falsificacionismo com o modelo H-D apresentado pelos empiristas lógicos. Para Popper “a ciência é aquele corpo de proposições sintéticas sobre o mundo real que pode, pelo menos em princípio, ser falseado mediante observações empíricas” (BLAUG, 1999, p. 50).

Entretanto, ao mesmo tempo em que Popper empreende críticas ao positivismo / empirismo quanto à possibilidade de observação empírica pura, frisando que toda

⁶ “Ilustremos com o exemplo favorito de Popper (que, de fato, originou-se com John Stuart Mill): por mais que se observe os cisnes brancos, não se pode inferir que todos os cisnes são brancos, porém a observação de um único cisne negro é suficiente para refutar aquela conclusão. Em resumo, não se pode demonstrar que qualquer coisa é materialmente verdadeira, mas pode-se demonstrar que algumas coisas são materialmente falsas, um enunciado que podemos considerar como sendo o primeiro mandamento da metodologia científica” (BLAUG, 1999, p. 50).

observação é refém dos preconceitos da teoria do observador e não pode existir uma linguagem observacional, sugere justamente o teste empírico como o corte último para o critério do falseabilismo. Uma teoria somente deve ser considerada científica se for passível de falseamento quando exposta ao teste empírico. Mais uma vez podemos notar a conveniência da metodologia popperiana para a escola neoclássica: embora muitas de suas proposições e pressupostos não sejam passíveis de falseamento, por exemplo, os supostos da racionalidade substantiva e da maximização de utilidade, suas previsões ‘corretas’ são os testes empíricos das teorias como um todo, recebendo o status de teoria simultaneamente científica e não falseada.

O ataque de Popper, então, se limita, na prática, aos critérios de demarcação do positivismo e empirismo lógicos, da verificação e confirmação para o falseamento, preservando o modelo H-D e mantendo o teste empírico como ferramenta última para a avaliação das teorias científicas, de forma que permanece um ‘empirismo residual’ na obra de Popper, coluna cervical dos positivismos. Dessa forma, as contribuições de Popper, embora de grande importância, não superaram a definição positivista de objetos da ciência compostos de elementos empíricos dados aos sentidos do cognoscente, sendo reconhecidas como “um dos últimos capítulos da filosofia da ciência na era positivista, e não a primeira parte de algo novo” (HODGSON, 1994, p. 41)⁷.

⁷ A incapacidade das prescrições popperianas em solucionar pontos críticos largamente reconhecidos entre os filósofos da ciência abriram espaço para trabalhos em uma nova direção: deixaram de se preocupar tanto com o estabelecimento de critérios abstratos que seriam adequados para delimitar o que é ciência e passaram a se envolver mais com os aspectos sociológicos e históricos da prática científica de diversas maneiras. Essa nova perspectiva da filosofia da ciência é genericamente conhecida como “*growth of knowledge*” e inclui autores como Thomas Kuhn, Imre Lakatos, Paul Feyerabend e Stephen Toulmin (CALDWELL, 1982; FERNÁNDEZ, 2003).

1.3.3 O empiricismo no IM e no HM

O compromisso de alguns autores defensores do IM, como Watkins e Elster, com o truísmo⁸ de que a “sociedade é composta por indivíduos”, fundindo ontologia e metodologia, torna clara a posição empiricista do método individualista. Como sublinha BRODBECK (1958, p.6): “*The view that all group or macroscopic concepts are in principle definable in terms of individual behavior is a fundamental or, even, metaphysical assumption, reflecting as it does basic presuppositions of the empiricist philosophical tradition*”. Para Jon Elster o modelo H-D é o adequado para todas as ciências empíricas, inclusive as sociais, e o teste empírico das teorias deve estar ao nível observável das ações individuais (RATTON JÚNIOR & MORAIS, 2003).

Mas é WATKINS (1952, 1957) quem mais explicita a concepção empiricista do IM baseado nesses truísmos: “*If social phenomena are generated by individuals they can only be explained individualistically*”, uma vez que “*the social scientist and the historian have no ‘direct access’ to the overall structure and behaviour of a system of interacting individuals (in the sense that a chemist does have ‘direct access’ to such overall properties of a gas as its volume, pressure and temperature, which he can measure and relate with knowledge of gas-molecules)*” e acrescenta: “*(...) a theoretical understanding of an abstract ‘social structure’ can only be derived from more empirical beliefs about concrete individuals*”(WATKINS, 1952, p. 186). Ademais, segundo Watkins, o IM tem suporte no fato, para além desses truísmos, da ‘invisibilidade’ das estruturas sociais (*op. cit.*, p. 187) e mesmo um holista ao observar um ‘todo’ “*might also admit that only its individual components were visible and that any operational definition of the laws it obeyed would be in terms of individual behaviour*”. Dessa forma, destacamos a importância do elemento empírico, capturável pelos sentidos para o método e concepção individualista dos objetos das ciências sociais.

⁸ LUKES (1968) chama essa posição de “*Trusitic Social Atomism*”: “*Society consists of people. Groups consist of people. Institutions consist of people plus rules and roles. Rules are followed (or alternatively not followed) by people and roles are filled by people*” (p. 120).

Por outro lado, a concepção coletivista, embora menos explícita, também guarda compromisso com o empiricismo quando confunde o “social” com o “grupal”, como é o caso de Comte, Durkheim e Parsons. Como sugere BHASKAR (1998) o conceito de “consciência coletiva ou comum”, a despeito do próprio nome, ilustra a concepção coletivista do pensamento de Durkheim: “o conjunto de crenças e sentimentos comuns ao comum dos membros de uma determinada sociedade (que) forma um sistema determinado com vida própria” (LUKES, 1977, p. 16). As relações duradouras têm de ser reconstruídas a partir de fenômenos coletivos, logo, observáveis.

O que se está propondo aqui é que o compromisso com o empiricismo, que guia a concepção dos objetos da ciência para algo observável, é uma das fontes filosóficas mais diretas daquela dicotomia indivíduo-sociedade, manifesta na teoria social pela oposição IM *versus* HM. Se isso estiver correto, uma concepção filosófica da ciência que vai além dos elementos sensíveis à experiência do sujeito cognoscente pode, enfim, superar essa dificuldade e possibilitar a construção de metodologias menos restritivas para as ciências sociais. Nesse sentido, o capítulo seguinte procura mostrar as contribuições da filosofia realista da ciência e do pensamento evolucionário de Thorstein Veblen que oferecem possibilidades de fuga à dicotomia positivista.

2. FILOSOFIA REALISTA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E A CONCEPÇÃO VEBLENIANA DOS OBJETOS SOCIAIS: A NEGAÇÃO DA DICOTOMIA

O presente capítulo tem por objetivo expor a posição das principais concepções da filosofia realista das ciências bem como da abordagem evolucionária do pensamento vebleniano – e, assim, empreender uma primeira aproximação, mesmo que indireta, entre ambas. Pretende-se iluminar os pontos principais que fazem com que essas perspectivas evitem, por assim dizer, os problemas típicos da dicotomia positivista.

2.1 REALISMO CIENTÍFICO: POR UMA REALIDADE OBJETIVA E ESTRUTURADA EM NÍVEIS

Até aqui vimos que o ideal empiricista, originário nas primeiras formas do positivismo e desenvolvido pelo positivismo e empirismo lógicos, foi alvo das severas críticas de Karl Popper que, no entanto, não conseguiu montar um esquema metodológico capaz de solucionar o problema da indução (foco maior de suas críticas). Vale lembrar que a metodologia defendida por Popper propõe o tratamento lógico dos itens teóricos (proposições, hipóteses, conceitos), com a aceitação do modelo H-D, somado a um critério empiricista de teste / refutação das teorias (critério falsificacionista) através do qual seguiria o desenvolvimento científico. O aludido fracasso desaguou, nos anos 1960, na crise da metodologia popperiana e, também, na interdição da possibilidade de conhecimento objetivo do mundo, já que deve-se admitir não ser possível evitar que os preconceitos teóricos do analista ‘contaminem’ as observações (“problema de Duhem-Quine”)⁹. A partir de então novos caminhos começavam a ser percorridos pelos

⁹ O reconhecimento do “problema de Duhem-Quine” levou alguns filósofos a defenderem a tese de que a realidade é inexoravelmente interna às mentes dos sujeitos e, assim sendo, não pode existir objetivamente. A consequência disso para a filosofia da ciência, enquanto disciplina, evidencia-se no deslocamento do seu objeto da relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento científico para a prática científica em sua evolução histórica, com a ênfase de alguns autores em aspectos sociológicos dessa prática. É o caso dos chamados Teóricos do Crescimento do Conhecimento, como Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyerabend, entre outros.

estudiosos em filosofia da ciência e metodologia científica – com fortes impactos na ciência econômica –, como nos mostra FUCIDJI (2006, p. 3), que envolvem:

(i) a demonstração de que, no registro histórico, os cientistas não seguem as prescrições popperianas e que a ciência não avança de acordo com essa “lógica” de conjecturas e refutações (Kuhn, Feyerabend); (ii) a tentativa de amenizar os critérios de falseamento, aceitando e incorporando uma dimensão “sociológica” à prática científica (Lakatos, Laudan e, numa vertente relativista, David Bloor e Bruno Latour); (iii) a adoção de uma orientação mais pragmática em relação à teoria científica (Feyerabend, Rorty, Michal Scriven, Bas van Fraassen) inspirando, posteriormente, as abordagens retórica e axiomática em economia; e (iv) o desenvolvimento de abordagens realistas por Richard Boyd, Nancy Cartwright, Wilfrid Sellars, e Ron Harré.¹⁰

Ocuparemos-nos dos argumentos principais das abordagens realistas da filosofia da ciência seguindo, em linhas gerais, a forma da exposição de FUCIDJI (2006) intercalado com os argumentos delineados por Roy BHASKAR (1997) a fim de coletarmos os requisitos mínimos da filosofia realista da ciência para o propósito deste trabalho, isto é, aqueles requisitos que nos permitam identificar a superação dos limites da dicotomia positivista¹¹.

O primeiro desses requisitos mínimos para que uma abordagem possa ser considerada realista refere-se ao reconhecimento da existência de uma *realidade objetiva externa ao cognoscente* (MAKI citado por FUCIDJI, 2006). A essa realidade objetiva BHASKAR (1997) denominou *objetos intransitivos do conhecimento*, contraposto aos *objetos transitivos do conhecimento*, envolvidos na prática científica e que dão origem ao que ele reconheceu como o “paradoxo central da ciência”: por um lado, os conhecimentos

¹⁰ Para maiores aproximações do impacto de alguns desses desenvolvimentos sobre a ciência econômica ver BACKHOUSE (1994) e HAUSMAN (1994).

¹¹ Bhaskar é reconhecidamente um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento de uma posição realista na filosofia da ciência contemporânea. Seu “realismo crítico” – com uma ontologia denominada ‘realismo transcendental’ em contraposição ao ‘realismo empírico’, ontologia tipicamente positivista, e ao ‘idealismo transcendental’, ontologia comum aos teóricos do Crescimento do Conhecimento – parece ser a forma do realismo científico que mais se adequa ao recorte aqui realizado. No entanto, como não pertence ao escopo desse trabalho a investigação das diversas abordagens que se identificam, cada qual a sua maneira, com o realismo científico, preferimos nos referir apenas aos “requisitos mínimos” de uma abordagem realista em consonância com o objetivo proposto. Para uma aproximação com essas abordagens ver FUCIDJI (2006).

produzidos pelos homens em sua atividade social são um produto como qualquer outro, tão dependente das condições de sua produção e dos homens que os produzem quanto sujeitos a mudanças como qualquer outro produto humano; por outro lado, o conhecimento é “de” ou sobre coisas que não são produzidos pelos homens, por exemplo, o peso específico do mercúrio, o processo de eletrólise, etc., não dependem da atividade ou mesmo da consciência humana sobre eles¹².

Os objetos transitivos do conhecimento são a “matéria-prima” da ciência, criações artificiais dos cientistas: conceitos, teorias, paradigmas, modelos, métodos, etc., previamente estabelecidos sobre os quais os cientistas trabalham na busca por avanços científicos. São os “materiais de tipo cognitivo”, antecedentes científicos ou pré-científicos, sem os quais não podemos imaginar a produção de conhecimento. Os objetos intransitivos do conhecimento são aqueles cuja natureza, propriedades, poderes, eficácia, etc., independem de nosso conhecimento e até mesmo de nossa percepção deles: a gravidade, por exemplo, atuava exatamente da mesma forma sobre os objetos físicos mesmo antes de qualquer racionalização humana sobre ela, considerando presentes as condições físicas necessárias para a efetivação do fenômeno. Dessa forma admite-se que as teorias tenham restrições objetivas dadas pela existência de objetos do conhecimento (objetos da ciência) independentes de nossa reflexão sobre os mesmos.

Esse reconhecimento de uma realidade objetiva externa ao investigador está relacionado com a idéia positivista, também partilhada por Popper, de que o critério último de avaliação de uma teoria, seja por via da verificação, da confirmação ou da falsificação, é dado pela realidade empírica, isto é, posta à experiência dos sujeitos. Devemos, no entanto, clarificar que a noção de explicação que Popper reconhece ser o objetivo da atividade científica descende, segundo FUCIDJI (2006, p.3) do “ceticismo de Hume de que noção de causalidade pudesse ser percebida na realidade”: a causalidade seria um mero “hábito psicológico” criado pela mente humana para dar conta da explicação da repetição de certos fenômenos diante de um dado evento, o que não permite

¹² Os objetos das ciências sociais são tratados na próxima seção.

afirmar a existência de relações causais necessárias entre os eventos. Dessa maneira, se só temos como contar com os sentidos para a produção de conhecimento do mundo “a única possibilidade científica é a identificação de *conjunções constantes entre eventos isolados*” (*op. cit.*). A esse movimento BHASKAR (1997) denominou “falácia epistêmica”: toda a realidade é reduzida ao que pode ser conhecido; o “ser” é reduzido ao “conhecimento sobre o ser”; o mundo esgota-se nos eventos empíricos.

A essa questão alguns realistas científicos respondem que a realidade vai além do empírico, em outras palavras, a realidade é estruturada em mais de um nível.¹³ Não obstante, essa proposição não é feita *a priori*, mas é extraída da racionalização sobre o processo científico mesmo a partir de, pelo menos, dois argumentos: (i) o primeiro é o argumento da “melhor explicação” ou do “não-milagre” de John Worrall segundo o qual o sucesso das teorias científicas, quando aplicadas a problemas concretos, não seria inteligível se as entidades teóricas (incluindo as não-observáveis) não existissem objetivamente. Em alguns casos itens não-observáveis como quarks, fótons, buracos negros, campos gravitacionais, etc., são *cruciais* para a explicação como provam o sucesso das aplicações das teorias que os envolvem. Ora, se é fato que a existência objetiva de itens não-observáveis é condição essencial para o sucesso da atividade da ciência, é de se deduzir que a realidade mesma deve ser composta de itens que se encontram para além do empírico, não dados aos sentidos humanos. Uma questão possível seria: como, então, definir a realidade de tais referentes teóricos? Resposta dos realistas: por seus *efeitos*. Dessa forma, desde logo é assumida uma *postura falibilista* do conhecimento acerca dos referentes teóricos, uma vez que só podem ser inferidos por sua causalidade, inferência essa de responsabilidade do pensamento do teórico (LEPLIN, 1988); é a dimensão transitiva do conhecimento que procura desvendar uma dimensão intransitiva. (ii) O segundo argumento, desenvolvido por Roy BHASKAR (1997), refere-se à prática experimental na ciência, universalmente aceita pelas ciências naturais. A essa

¹³ O reconhecimento da existência de uma realidade exterior ao pensamento é consenso entre todos os realistas, o mesmo não ocorre com relação a noção de realidade estratificada.

prática Bhaskar denomina de *fechamentos*, experiências controladas que visam isolar certos efeitos causais de modo a obterem-se *regularidades empíricas* e, então, possibilitar a promulgação de *leis causais*. Novamente, a inteligibilidade do sucesso dessa prática implica o reconhecimento de níveis estruturais na realidade que estão para além do empírico, uma vez que tais regularidades empíricas não existem na natureza (onde, sem os fechamentos, os sistemas são abertos). Assim, segundo BHASKAR, a idéia de causalidade humeana confunde leis causais com regularidades empíricas fundindo o real com o empírico (falácia epistêmica). Mas se na natureza (sistemas abertos), onde regularidades empíricas são raras, as leis causais ‘funcionam’ é porque estão se combinando mecanismos que podem (ou não) produzir efeitos concretos. Lei causal na perspectiva realista é, portanto, uma proposição sobre o modo de operar (mecanismo) de algo estruturado de uma determinada forma. Dessa sorte, “a explanação se move das conjunções constantes de eventos (regularidades) para as *tendências* operativas na causação de tais conjunções (*op. cit.*, p.5).

Se fechamentos experimentais são necessários para que o cientista, ao produzir padrões de eventos, possa postular leis sobre os elementos generativos que estão além do empírico, então o movimento é do empírico para as condições de possibilidade do empírico ou, de acordo com LAWSON (1997, p.24) de um ‘fenômeno superficial’ para certo elemento causal ‘mais profundo’. Em outras palavras, mesmo que as causas dos fenômenos estejam em um nível não-observável (no entanto, claro, *real*), a ciência só pode *partir* do fenômeno tal como ele se manifesta. Para o realismo as regularidades empíricas não são suficientes para atribuir causa a algo. O fenômeno é tão somente o ponto de partida para se alcançar estruturas reais que operam em condições abertas e existem mesmo que não efetivadas ou manifestas. Dessa forma nem a indução nem a dedução seriam capazes de dar conta desse ‘aprofundamento’. A esse movimento dá-se o nome de *método retrodutivo ou abduutivo*. “(...) parte-se de um objeto ou regularidade para a tentativa de imaginar um conjunto de condições que, se puder ser considerado

verdadeiro *ex posteriori*, explica a ocorrência do objeto ou regularidade – o método de inferência abdutiva (ou retrodutiva) de Peirce” (FUCIDJI, 2006, p.5-6).

Dessa maneira fica demonstrada, a partir de argumentos formulados por uma perspectiva realista da filosofia da ciência, a necessidade e a forma da superação do conhecimento científico exclusivamente relacionado com o mundo empírico, isto é, do positivismo. As categorias, em uma orientação realista, devem referir-se a realidade. Os termos teóricos são *referentes* a itens relevantes da realidade (inclusive os não-observáveis). Referência essa feita através das causas / efeitos impostos por tais itens. Dessa forma, ‘prova-se’ a realidade dos elementos capturados pelos referentes teóricos por seus efeitos, sua causalidade, revelando assim, suas *tendências* ou *capacidades*. Além disso e novamente, mantém-se o falibilismo das teorias através da noção de “verdade aproximativa” (as teorias são *referentes*, a cada passo mais próximas, da realidade objetiva) sugerindo uma solução ao problema da indeterminação dos preconceitos teóricos contra o qual Popper se debateu.

2.1.1 As implicações da filosofia realista da ciência para as ciências sociais: da dicotomia à dualidade

Na seção anterior foi delineado o argumento em favor de uma concepção realista para a filosofia da ciência no domínio natural: no âmbito das ciências da natureza não é difícil demonstrar a existência de objetos intransitivos do conhecimento – independentes do conhecimento ou mesmo da percepção humana sobre eles – que impõem restrições objetivas às teorias científicas e implicam no reconhecimento que de a realidade, além de objetiva, é estruturada para além do nível empírico, ou seja, existem elementos reais que não podem ser diretamente capturados pela experiência do cognoscente. Pode-se adiantar, por analogia, que uma realidade objetiva e estruturada deve ser considerada também no domínio das ciências sociais, isto é, a existência, para as ciências sociais, de objetos intransitivos do conhecimento. No entanto, e esse é o ponto de partida, tal argumento não

deve tomado *a priori*, mas deve ser demonstrado através de uma análise ontológica – referente à natureza da realidade – dos objetos das ciências sociais. Para tanto, deve-se frisar as diferenças entre os objetos das ciências naturais e sociais.

O elemento essencial nas ciências sociais que marca a diferença ontológica entre seus objetos e aqueles das ciências da natureza é a *agência humana*. Em outras palavras, o poder causal da agência humana impõe dificuldades adicionais à atividade científica¹⁴. Para demonstrar a intransitividade dos objetos das ciências naturais reproduzimos o argumento baseado nas atividades experimentais ou fechamentos. No âmbito das ciências sociais, contudo, não existe uma prática tão abertamente aceita entre os membros da comunidade científica¹⁵. Como, então, demonstrar a existência de objetos intransitivos para as ciências sociais e, assim, abrir a possibilidade de conhecimento objetivo nessa esfera? Para responder a essa questão seguiremos a apreciação de LAWSON (1997, p. 30-32) do estatuto escolha humana¹⁶.

O intento de Lawson é descobrir o que está implicado na realidade das pessoas que tomam decisões reais, isto é, que escolhem agir de determinadas formas e não de outras que se oferecem tão possíveis quanto aquela efetivamente escolhida. Em suas palavras: “*Now if choice is real any agent could always have done otherwise; each agent could always have acted differently than he or she in fact did. As Keynes insists: ‘A decision to consume or not consume truly lies within the power of the individual; so does a decision to invest or not to invest’*” (LAWSON, 1997, p. 30). A condição requerida é que os sistemas sejam abertos de forma que os eventos poderiam ter sido diferentes: “*(...) if under conditions x an agent in fact chose to do y , it is the case that this same agent could*

¹⁴ Como deve ter ficado claro no primeiro capítulo.

¹⁵ Muito embora têm sido cada vez mais comuns os “fechamentos” fora do âmbito das ciências naturais, principalmente nas ciências psicológicas.

¹⁶ Essa análise é feita por Lawson após sua demonstração da incapacidade do *dedutivismo* (termo utilizado para denotar a modalidade de lei científica comprometida com a identificação de conjunções constantes de eventos *à la* Hume associado ao *mainstream* neoclássico) em lidar com a escolha humana real. Para mais críticas ao *mainstream* neoclássico sobre problemas associados à escolha real ver KNIGHT (1935) e LOASBY (1999).

really instead have not done y. Choice, to repeat, presupposes that the world is open and actual events need not have been” (op. cit.).

Contudo, a existência de sistemas abertos não é o único requisito *sine qua non* para a escolha humana real, é preciso também que os sujeitos tenham alguma concepção sobre o que fazem e sobre seus objetivos, ou seja, a escolha real pressupõe alguma *intencionalidade* por parte dos agentes. A intencionalidade, um atributo exclusivamente humano, pressupõe, por sua vez, alguma cognoscibilidade [*knowledgeability*] do ambiente e das condições que tornam tais intenções plausíveis. Ainda, temos que essa cognoscibilidade só pode ser possível na presença de estruturas sociais (ambiente, condições, etc.) pelo menos relativamente duradouras em relação à percepção individual. Dessa forma, os próprios objetivos e estratégias alternativamente selecionados por um indivíduo dependem dessas estruturas, que são consideradas *sociais* nos casos em que *dependam* da agência humana intencional.

Em outras palavras, o argumento de LAWSON, traçado sob a luz do método retrodutivo acima mencionado, defende a idéia de que a ação humana intencional pressupõe a preexistência de *estruturas sociais reais* – e não tão somente enquanto construtos heurísticos dos teóricos – em um estrato da realidade que se encontra para além do nível empírico, uma vez que tais estruturas não podem ser diretamente observadas, mas podem ser inferidas por seus efeitos causais sobre os agentes. Essas estruturas sociais e seus efeitos sobre os indivíduos são os objetos intransitivos das ciências sociais.

BHASKAR (1998) oferece um argumento mais geral para concluir que as formas sociais são condição necessária para qualquer ato intencional e que sua *preexistência* demonstra sua autonomia como possíveis objetos de investigação científica e, ainda, que seu poder causal prova sua realidade. Novamente, essa não é uma determinação *apriorística*, mas “derivada das condições objetivas de possibilidade da atividade humana”. Para Bhaskar o problema real parece ser nem tanto o de como se poderia dar uma explicação individualista do comportamento social, mas como se poderia dar uma

explicação não-social para o comportamento individual¹⁷. Bhaskar contrapõe sua *concepção relacional* dos objetos das ciências sociais às concepções *individualistas*, para as quais os objetos sociais são vistos como resultados do (ou constituídos por) comportamento humano intencional (o problema do voluntarismo), e *coletivistas*, que tomam os objetos sociais como possuindo vida própria independente dos indivíduos e coagindo-os (o problema da reificação). Para este autor os objetos das ciências sociais são relações ‘materializadas’ nas estruturas sociais, mas que somente podem ser identificadas através da atividade humana.

Segundo Bhaskar a reificação acerta ao postular, através de um argumento de causalidade, a preexistência das estruturas sociais em relação aos sujeitos individuais, mas falha ao sugerir a independência daquelas em relação a estes. Formas sociais estão sempre *dadas*, mas nunca podem existir sem a atividade humana. Qualquer sujeito ao nascer encontra um ‘mundo pronto’, desenvolve-se nele e age sobre ele, o que significa que a práxis humana não ‘cria’ a sociedade, que já está ‘criada’, apenas a *reproduz* ou *transforma*, evidenciando, uma vez mais, a debilidade do individualismo metodológico frente a seu objeto de estudo. A essa linha de raciocínio Bhaskar denomina de Modelo Transformacional da Atividade Social (MTAS): “A sociedade está para os indivíduos como algo que eles nunca fazem, mas que só existe em virtude de sua atividade” (BHASKAR, 2001, p.11), a atividade humana consciente consiste de trabalho sobre objetos dados: a fala requer a linguagem; as ações, condições; atividades, regras; etc.

Ora, se as estruturas sociais, uma vez que preexistem aos indivíduos particulares, não podem ser reduzidas ou consideradas produtos desses mesmos indivíduos, é claro que são condições necessárias para todo e qualquer ato intencional. Dessa forma pode-se compreender que as estruturas sociais não são apenas restrições às ações dos indivíduos, mas são também, e principalmente, *habilitadoras* de tais ações. As regras da gramática, antes de impor limitações aos atos da fala que podemos realizar, permitem a realização da comunicação clara e objetiva. Tais regras preexistem aos indivíduos de um determinado

¹⁷ Um argumento semelhante está em LUKES (1968).

país, mas não seguem existindo sem sua prática pelos mesmos, sendo reproduzidas ou transformadas à medida que os agentes as usam.

Dessa forma, as estruturas sociais: (i) não existem independentemente das atividades que governam; (ii) não existem independentemente das concepções dos agentes acerca do que estão fazendo em sua atividade; e (iii) só podem ser relativamente duradouras. Esta mútua interdependência entre objetos reais e distintos, a saber, indivíduos e estruturas sociais, aponta para o *caráter dual* dos mesmos, nos termos utilizados por Bhaskar: a *dualidade da estrutura* e a *dualidade da práxis*. GIDDENS (1978, p. 129) entende por *dualidade da estrutura* o fato de que “as estruturas sociais são tanto constituídas pela atuação humana, como também, ao mesmo tempo, são o próprio *meio* desta constituição”. De outra forma, as estruturas sociais são tanto *condição* quanto *resultado* continuamente reproduzido pela agência humana. A *dualidade da práxis*, por sua vez, significa que as pessoas, em sua atividade consciente, intencional, tanto *produzem* como *reproduzem ou transformam* as condições de sua atividade, ou seja, as estruturas sociais.

É interessante frisar que não há nada na concepção relacional / realista da ciência que implica qualquer espécie de determinismo no comportamento dos indivíduos, uma vez que as estruturas são tanto limitadoras quanto capacitadoras da ação humana teleológica, realizada por sujeitos competentes e capazes de racionalizar sobre seus objetivos e estratégias. Além do que, a diferenciação ontológica entre indivíduos e estrutura sociais permite identificar a gênese das ações humanas nas (i) razões, intenções e planos das pessoas e/ou (ii) estruturas que governam a reprodução e a transformação das atividades sociais¹⁸. “A sociedade, por conseguinte, fornece as condições necessárias para ação humana intencional e a ação humana intencional é uma condição necessária para a sociedade” (BHASKAR, 2001, p. 13).

Dessa forma, e em resumo, a concepção filosófico-realista da ciência, ao postular *ex posteriori* a preexistência das estruturas sociais sobre as quais torna-se possível a ação

¹⁸ Para mais detalhes sobre a diferenciação das razões para ações humanas ver MILLER (1978).

humana intencional, tomando-as como objetos intransitivos do conhecimento, acaba por ‘transformar’ aquela dicotomia indivíduo-sociedade sustentada pelo empirismo residual em um *dualismo*, onde nenhuma das partes pode ser identificada com, nem reduzida a, explicada em termos de, nem tampouco reconstruída a partir da outra. Além de se evitar a dicotomia indivíduo-sociedade recupera-se a possibilidade, desacreditada desde a crise a metodologia popperiana, de um conhecimento objetivo para as ciências sociais sem com isso tropeçar em determinismos ou reificações.

A próxima seção volta-se para o pensamento evolucionário de Veblen com o mesmo objetivo desta, isto é, identificar os pontos metodológicos que impedem o tratamento teórico dos fenômenos sociais nos termos da dicotomia positivista.

2.2 O PENSAMENTO EVOLUCIONÁRIO DE THORSTEIN VEBLEN (1857-1929) E OS TRAÇOS DE UMA ORIENTAÇÃO NÃO DICOTÔMICA

Não é possível entender a sugestão de uma ciência econômica evolucionária – e a negação daquela dicotomia positivista – sem despender um mínimo de atenção ao contexto histórico e intelectual da época em que viveu Veblen. A vida acadêmica de Veblen deu-se na virada do século XIX para o XX, período em que o processo de acumulação de capital institucionalizava-se na grande empresa, trazendo algumas conseqüências dentre as quais vale citar: (i) o processo de internacionalização do capital e (ii) uma mudança na estrutura de classe capitalista que permitiu que a maioria dos capitalistas perpetuasse seu *status* apenas com uma propriedade passiva e ausente (HUNT, 1981, p. 365). Por outro lado, o ambiente intelectual via o desenvolvimento da teoria evolucionista na biologia. Veblen sofreu influência do pensamento evolucionista desde sua época de estudante na Universidade de Yale, principalmente, segundo HODGSON (1997, p. 134), a partir de seu contato com o darwinista social William Graham Sumner. No entanto, Veblen não incorporou apenas as idéias de Darwin, muito embora tenha sido sua maior influência, nem tampouco se limitou à biologia, que ainda lhe ofereceu os

trabalhos de Jean-Baptiste Lamarck e Gregor Mendel. Também se referenciou nas idéias do filósofo inglês Herbert Spencer, que lhe forneceu sua teoria dos instintos, e na psicologia social de William McDougall. Somando as contribuições desses pensadores com a leitura de filósofos pragmatistas como Charles Sanders Peirce (já citado por sua contribuição do método abdutivo) e William James, Veblen lançou-se à tarefa de desenvolver uma teoria da evolução socioeconômica¹⁹.

As críticas de Veblen às teorias econômicas de seu tempo são esclarecedoras de sua posição metodológica acerca do tratamento a ser dispensado aos objetos do conhecimento dos economistas. Nesse sentido, a próxima subseção reproduz os principais argumentos tecidos por Veblen contra aquilo que ele denominou de ciência pré-evolucionária.

2.2.1 A natureza da crítica vebleniana à economia pré-evolucionária

Embora não seja o objetivo central deste trabalho a exposição das críticas das teorias econômicas tradicionais levadas a cabo por Veblen, é interessante o destaque de alguns dos traços fundamentais de sua posição crítica na história do pensamento econômico de forma a facilitar o entendimento de suas contribuições para uma ciência econômica evolucionária. Primeiramente, é preciso ter em mente que a crítica científica de Veblen era senão uma parte de sua crítica social, onde as relações capitalistas são questionadas em sua capacidade de guiar a humanidade em direção a um estado de bem-estar. Nas linhas que se seguem nos ocuparemos apenas das críticas científicas. Fortemente relacionado com essa crítica ao sistema econômico capitalista – já bastante desenvolvido nos Estados Unidos da virada do século XIX para o XX – está o caráter essencialmente ontológico da crítica de Veblen às concepções da econômica tradicional

¹⁹ Não pertence ao escopo desse trabalho avaliar a contribuição individual de cada um desses autores ao pensamento de Veblen, muito embora possa ser interessante uma ou outra colocação nesse sentido, quando necessário.

de seu tempo (WILSON, 2005, p. 519). De fato, isso significa que sua crítica era dirigida não apenas às categorias da economia tradicional, mas à sua visão de mundo, sua visão sobre a natureza da realidade econômica, ou seja, a forma pela qual os economistas de então encaravam seu objeto de estudo. Essa natureza de sua crítica revela a busca da construção de um programa de pesquisa alternativo para a ciência econômica.

O ponto de partida para a crítica científica de Veblen é seu desenvolvimento de uma economia evolucionária ou pós-darwinista – como delineada, em seus aspectos metodológicos, nas seções seguintes – e sua contraposição com o pensamento econômico por ele denominado de pré-evolucionário. O principal problema desse tipo de ciência não evolucionária seria sua recusa em buscar explicações consistentes com as *cadeias contínuas de causa e efeito*, como sugerido pela concepção darwinista.

A maior parte de suas críticas dirigem-se a três escolas do pensamento econômico que são identificadas com o pensamento não evolucionário: (i) a Escola Histórica Alemã; (ii) a Escola (neo) Clássica, entendida por Veblen simplesmente como um desenvolvimento do utilitarismo de Bentham; e (iii) a Escola Austríaca. A essas linhas de pensamento estão associados, segundo Veblen, um ou mais de três aspectos fundamentais que distinguem a dita economia não evolucionária; são eles: (i) a utilização dos métodos indutivo ou dedutivo; (ii) a concepção *animista e teleológica* dos fenômenos econômicos, que resulta em uma ciência de caráter *taxonômico*; e (iii) a *concepção hedonista* da motivação das ações humanas (BACKHOUSE, 1985, p. 227)²⁰.

No que se refere ao primeiro ponto, Veblen identifica o método indutivo com coleções de fatos empíricos sem a formulação de um corpo teórico explícito e o método dedutivo com a explicação de fenômenos econômicos a partir de postulados gerais formulados sem referência aos fatos. O primeiro método é associado à Escola Histórica

²⁰ Deve estar claro, como destaca CAVALCANTE (2007), que nem todas as escolas citadas estão associadas aos três aspectos da ciência pré-evolucionária: o hedonismo, por exemplo, dificilmente poderia ser identificado com a Escola Histórica Alemã e a Escola Austríaca. No entanto, a identificação de apenas um desses elementos (indução/dedução, animismo/teleologia, hedonismo) seria suficiente para classificar uma teoria ou escola de pensamento como não evolucionária e, por isso, inadequada ao estudo do processo econômico.

Alemã e o segundo à Escola Clássica e, sua variante, a Escola Marginalista. Com relação a Escola Histórica Alemã VEBLEN (1919, p. 58) escreveu:

The insistence on data could scarcely be carried to a higher pitch than it was carried by the first generation of the Historical School; and yet no economics is farther from being an evolutionary science than the received economics of the Historical School. The whole broad range of erudition and research that energies of that school commonly falls short of being science, in that, when consistent, they have contented themselves with an enumeration of data and a narrative account of industrial development, and have not presumed to offer a theory of anything or to elaborate their results into a consistent body of knowledge.

Com respeito aos Clássicos e Marginalistas, Veblen sublinha que a utilização e o tratamento lógico de postulados gerais (método dedutivo) guarda relação com a concepção teleológica da ciência não evolucionária, próximo ponto da discussão de suas críticas. Em suas palavras (VEBLEN, 1919, p. 234): *“The infirmity of this theoretical scheme lies in its postulates, which confine the inquiry to generalisations of the teleological or “deductive” order”*.

Em sua investigação sobre as bases filosóficas do institucionalismo, MIROWSKI (1987) sugere o método retrodutivo ou abduutivo, oriundo na filosofia pragmatista de Charles Peirce, como um dos elementos fundamentais para o método do pensamento vebleniano. MIROWSKI (1987, p. 1009) propõe a visão de autores que vêem em Peirce *“a third alternative to the conventional rationalist/empiricist dichotomies”*. De acordo com o próprio PEIRCE (citado por MIROWSKI, 1987, p. 1012): *“Abduction is the process of forming an explanatory hypothesis. It is the only logical operation which introduces any new idea; for induction does nothing but determine a value, and deduction merely evolves the necessary consequences of a pure hypothesis”*. E em conformidade com a argumentação de FUCIDJI (2006) (como visto na seção anterior sobre o realismo científico), LAWSON (1997, p. 121) afirma que:

the aim is not to cover a phenomenon under a generalisation (...) but to identify a factor responsible for it, that helped produce, or at least facilitated, it” e adiciona: “Not much can be said about this process of retroduction independent of context other than it is likely to operate under a

logic of analogy or metaphor and to draw heavily on the investigator's perspective, beliefs and experience.

Essa consideração sobre a transferência de metáforas é o elemento mais comum nas leituras do método abduutivo ou retrodutivo e é reconhecida por Veblen ao atribuir um importante papel às metáforas nas explicações envolvendo cadeias de causa e efeito: “*The metaphors are effective, both in their homiletical use and as a labor-saving device, - more effective than their users designs them to be. By their use the theorist is enable serenely to enjoin him self from following out an elusive train of causal sequence*” (VEBLEN, 1919, p. 66). Uma excelente ilustração da leitura do método retrodutivo na obra de Veblen, na linha de Lawson e Fucidji, isto é, da busca de um “conjunto de condições objetivas” que tornam o evento ou fenômeno em observação possível, está em *The theory of Leisure Class* (1899) onde os fenômenos do ‘consumo e do ócio conspícuos’ o guia da ‘emulação’ à propriedade privada. Dito de outra forma, segundo o autor, os fenômenos da emulação e do ‘consumo e ócio conspícuos’, característicos da ‘classe ociosa’, só são possíveis com a existência (condições objetivas) da propriedade privada²¹.

O segundo ponto da crítica é o que associa o pensamento econômico não evolucionário à explicações dos fenômenos econômicos em termos de algum propósito e não em termos de seqüências de causa e efeito. É o que Veblen denominou de concepção animista dos objetos da ciência: “*Inanimate phenomena are apprehended to work out a propensity to an end; the movements of the elements are construed in terms of quasi-personal force*” (VEBLEN, 1919, p. 101). Na história do pensamento econômico, segundo Veblen, o caráter animista da explicação científica está presente pelo menos desde os fisiocratas:

Nature is the final term in the Physiocratic speculations. Nature works by impulse and in an unfolding processes, under the stress of a propensity to the accomplishment of a given end. The propensity, taken as the final cause that is operative in a given situation, furnishes the basis on

²¹ Acredita-se que a reprodução do argumento completo seria, mantendo em mente o escopo desse trabalho, desnecessária. Para maior aproximação com esse argumento ver ZAJDSZNADJER (1980).

which to co-ordinate all our knowledge of those efficient causes through which nature works to her ends (VEBLEN, 1919, p. 92).

Dessa forma, as explicações assumem um forte viés teleológico explícito na crença de um “caminho natural”, geralmente benéfico, dos fenômenos econômicos. Com relação à esse aspecto na obra de Adam Smith, Veblen escreveu:

Both in the Theory of the Moral Sentiments and in the Wealth of Nations there are many passages that testify to his abiding conviction that there is a wholesome trend in the natural course of things, and the characteristically optimistic tone in which he speaks for natural liberty is but an expression of this conviction (VEBLEN, 1919, p. 114).

Veblen identificou o caráter animista do pensamento de Smith em suas formulações sobre a “mão invisível” e o “auto-interesse” que levariam a promoção do bem-estar social em um sistema de livre mercado. Como sublinha MONASTÉRIO (1996, p. 28), os adjetivos “normal” e “natural” refletem a concepção teleológica do pensamento não evolucionário. De fato, um traço marcante da economia tradicional seria a redução da realidade ao “caso normal”. Em suas palavras: “*The generalisation of observed facts becomes a normalisation of them, a statement of the phenomena in terms of their coincidence with, or divergence from, that normal tendency that makes for the actualisation of the absolute economic reality*” (VEBLEN, 1919, p.146).

Essa concepção de ciência em termos teleológicos faz com que se empreenda a busca pelas *leis naturais* do desenvolvimento socioeconômico em direção a determinadas finalidades, isto é, as leis do “caso normal”, excluídos os fatores perturbadores. O resultado dessa concepção é, no máximo, um corpo de proposições logicamente consistentes concernentes às relações normais das coisas – um sistema de taxonomia econômica (VEBLEN, 1919, p.67). Para VEBLEN (1919, p.36), a ciência taxonômica é aquela que objetiva a definição e classificação dos fenômenos econômicos que, somados aos postulados gerais construídos por essas teorias como “homem econômico” e “competição perfeita” (BACKHOUSE, 1985, p.225), levariam a construção de categorias

teóricas muitas vezes incongruentes com os fatos observados. Nesse sentido VEBLEN (1919, p. 164) coloca:

The laws of the science, that which makes up the economist's theoretical knowledge, are laws of the normal case. The normal case does not occur in concrete fact. These laws are (...) "hypothetical" truths; and science is a "hypothetical" science. They apply to concrete facts only as the facts are interpreted and abstracted from, in the light of the underlying postulates. The science is, therefore, a theory of the normal case, a discussion of the concrete facts of life in respect of their degree of approximation to the normal case. That is to say, it is a taxonomic science.

O último aspecto da crítica vebleniana à teoria tradicional de seu tempo a ser considerado é aquele relacionado com a problemática adoção da concepção hedonista da motivação das ações humanas. Segundo Veblen tanto a Escola Clássica quanto a Marginalista têm como seu ponto de partida a psicologia hedonista do início do século XIX. De acordo com os ditames da psicologia do cálculo hedonista: “(...) *human conduct is conceived of and interpreted as a rational response to the exigences of the situation in which mankind is placed; as regards economic conduct it is such a rational and unprejudiced response to the stimulus of anticipated pleasure and pain (...)*” (VEBLEN, 1919, p. 234). Pressuposta a essa concepção da atividade humana estaria a idéia, também alvo de críticas, de que os indivíduos são perspicazes (*clearsighted*) e dotados de grande capacidade preditiva (*farsighted*) na apreciação de ganhos e perdas futuros.

Dessa forma, o escopo da concepção hedonista estaria limitado a situações onde figura a escolha racional: “*Such a theory can take account of conduct only in so far as it is rational conduct, guided by deliberate and exhaustively intelligent choice – wise adaptation to the demands of the main chance*” (VEBLEN, 1919, p. 235). Como veremos nas próximas seções, a concepção evolucionária da atividade humana não permite o tratamento teórico da mesma em termos puramente racionais ou individualistas. Para VEBLEN (1919, p. 78): “(...) *a hedonistic psychology gives does not afford material for a theory of the development of human nature*”.

A consequência de assumir o comportamento econômico humano em termos do cálculo hedonista de prazer e dor é, segundo Veblen, a definição das preferências individuais como exogenamente determinadas; em outras palavras os indivíduos são considerados *dados*:

The hedonistic conception of man is that of a lightning calculator of pleasures and pains, who oscillates like a homogeneous globule of desire of happiness under the impulse of stimuli that shift him about the area, but leave him intact. He has neither antecedent nor consequent. He is an isolated, definitive human datum, in stable equilibrium except for the buffets of the impinging forces that displace him in one direction or another (VEBLEN, 1919, p. 73).

Dessa forma, a teoria seria dotada de um caráter estático, uma vez que não é construída em termos de causalidade, em contraposição a economia evolucionária que deve ser “(...) *the theory of a cumulative sequence of economic institutions stated in terms of the process it self*” (VEBLEN, 1919, p. 77). A alternativa teórica proposta por Veblen a essa concepção hedonista do comportamento econômico, em conformidade com a abordagem dinâmica do processo evolucionário, tem início em sua Teoria dos Instintos e se desenvolve até a consideração dos Hábitos de Pensamento e das Instituições como os elementos de maior influência sobre a conduta humana. Tais elementos teóricos são os objetos do próximo capítulo. Uma vez destacados os principais argumentos críticos de Veblen às teorias tradicionais de seu tempo, vamos então nos ater aos seus desenvolvimentos no sentido da formulação de um corpo teórico e metodológico coerente com o pensamento evolucionário.

2.2.2 O darwinismo e a proposta vebleniana de uma ciência evolucionária: a ênfase na causalidade e no processo

Embora muitos autores tenham, de uma forma ou de outra, influenciado o pensamento de Veblen, é consenso que nenhum outro é tão importante, sobretudo do ponto de vista metodológico, quanto Charles Darwin. As maiores contribuições do

esquema darwinista para a economia evolucionária desenvolvida por Veblen são, por um lado, o compromisso com explicações em termos de *mudança ou causação cumulativa* sem, contudo, necessariamente interditar a apreciação distintiva da ação humana intencional ou teleológica²² e, por outro lado, a consideração das instituições e dos hábitos de pensamento, por conta de sua relativa durabilidade, como equivalentes aos genes da biologia, sendo, portanto, *unidades no processo de seleção*. Nesta seção discutiremos apenas o primeiro ponto, deixando para o próximo capítulo a análise de suas principais categorias teóricas. Vale lembrar que é a partir da concepção evolucionista ou pós-darwiniana da ciência que opera a crítica de Veblen à economia tradicional, chamada por ele de pré-evolucionária.

É notória a existência de séries de mal entendidos em torno das noções comuns ao pensamento de Darwin, sobretudo em sua relação com os objetos das ciências sociais. Como exemplo, podemos citar a confusão, sublinhada por LOASBY (1999), gerada pela escola neoclássica ao procurar usar o mecanismo de seleção natural no entendimento da sobrevivência das firmas otimizadoras em um mercado perfeitamente competitivo. É justamente no sentido de nos precaver de confusões como essa que HODGSON (2004a, p. 343-4) aponta:

Contrary to widespread suppositions, Darwinism, does not support any form of racism, sexism, nationalism or imperialism or provide any moral justification for 'the survival of the fittest'. (...) [Darwinism] does not imply that militant conflict is inevitable, that human inequalities or power or wealth are inevitable, that cooperation or altruism are unimportant or unnatural, that evolution always leads to optimization or progress, that social phenomena can or should be explained in terms of biology alone, that organisms can or should be explained in terms of their genes alone, that human intention is unimportant, or that human agency is blind or mechanistic'

Vale um parêntese para lembrar, com feito supra, a diferença ontológica fundamental dos objetos das ciências sociais com relação aqueles das ciências da natureza, a saber, a intencionalidade ou teleologia da ação humana: toda ação humana,

²² 'Ação humana intencional ou teleológica' contrapõe-se, aqui, à visão 'cega ou mecânica' da conduta humana, de tipo determinista. Em outras palavras, o esquema de Veblen parece suportar (ou, pelo menos, não interditar) a idéia da 'ação' como um fator causal e, portanto, explicativo a ser considerado na análise.

inclusive a econômica, é orientada a um fim predeterminado, ao menos mentalmente, pelo agente. Dessa forma os mecanismos envolvidos na evolução socioeconômica devem ser considerados de forma diferente em relação aos mecanismos da evolução puramente biológica, onde a intencionalidade está ausente.

Retomando o ponto, a idéia central a ser apreendida é a de que a orientação darwinista sustenta que todo evento ou fenômeno é fruto de ‘cadeias de causalidade’ que devem estar no centro das explicações. Dessa forma, o darwinismo, em sua acepção mais importante para o pensamento vebleniano, implica *explicação causal*. Nas palavras de HODGSON (2004a, p. 344): “*Explanations of outcomes are in terms of connected causal sequences*”. Adiciona-se então que os eventos e fenômenos, uma vez que pertencem a cadeias de causalidade, não podem estar completamente isolados entre si, idéia que guarda uma importante diferença em relação à noção humeana de causalidade, onde existem apenas conjunções constantes de eventos, implicada, como vimos, no positivismo/empirismo. Nesse caso a própria intencionalidade dos agentes estaria sujeita a explicações causais livrando o darwinismo, em sua projeção para as ciências sociais, de qualquer caráter determinístico (ver próxima seção). Além disso, deve-se frisar que o compromisso com explicações em termos de causa e efeito não guarda relação necessária com a previsibilidade de eventos futuros. De fato, a força da teoria de Darwin, e como veremos também a de Veblen, está em seu *poder explanatório*, o que é um forte sinal de afastamento da concepção positivista de ciência que enfatiza a previsibilidade da teoria. Em suma Veblen foi um daqueles autores que consideravam factível a possibilidade de análise da evolução das sociedades a partir dos mecanismos darwinistas de evolução causal.

Veblen associava o que ele chamou de ‘ciência moderna’ com a ciência evolucionária ou pós-darwiniana. Em seu artigo *Why is Economics not an Evolutionary Science* (VEBLEN, 1919, p. 56-81), publicado originalmente em 1898 no *The Quarterly*

*Journal of Economics*²³ e considerado um dos trabalhos mais importantes do pensamento econômico institucionalista, clamou por uma reabilitação das ciências em linhas evolucionárias e a partir dessa perspectiva deslanchou críticas ferozes à ciência econômica pré-evolucionária que, segundo o autor, baseavam-se em noções universais de ‘direitos naturais’, utilitarismo, etc., ou seja, noções que eram tomadas *a priori* sem qualquer explicação histórica de sua gênese e desenvolvimento. Em suas palavras (VEBLEN, 1919, p. 60-1):

The difference is a difference of spiritual attitude or point of view in the two contrasted generations of scientists. To put the matter in other words, it is a difference in the basis of valuation of the facts for the scientific purpose, or in the interest from which the facts are appreciated. (...) The modern scientist is unwilling to depart from the test of causal relation or quantitative sequence. When he asks the question, Why? he insists on an answer in terms of cause and effect (...) of schemes of development and theories of a comprehensive process by the notion of a cumulative causation.

Em conformidade com sua proposta para uma ciência pós-darwiniana, Veblen enfatiza o caráter cumulativo de causa e efeito de tal forma que:

any evolutionary science (...) is a close-knit body of theory. It is a theory of a process, of an unfolding sequence. (...) The great deserts of the evolutionist leaders (...) lie, on the one hand, in their refusal to go back of the colorless sequence of phenomena and seek higher ground for their ultimate syntheses, and, on the other hand, in their having shown how this colorless impersonal sequence of cause and effect can be made use of for theory proper, by virtue of its cumulative character (VEBLEN, 1919, 58-61).

Uma vez reconhecida a forte ênfase na seqüência contínua de mudança cumulativa, nota-se que as condições iniciais e finais de um evento ou fenômeno perdem importância analítica. De fato, as próprias ‘condições iniciais’ são resultados de processos anteriores e esses, por sua vez, são frutos de outros processos anteriores a eles e assim indefinidamente. Como destaca MONASTÉRIO (1996, p.30), sobre essa perspectiva a ciência deve uma “atenção maior aos processos em si do que à sua consumação; questões

²³ Utilizo a versão publicada na coletânea de textos *The place of science in modern civilization and other essays*, de 1919.

acerca das situações iniciais e dos resultados finais perdem importância na pesquisa científica”. Além disso, a ênfase no processo e na causação cumulativa faz sumir do horizonte qualquer ponto final para a seqüência de eventos. Nesse sentido, Veblen escreveu em seu artigo *The Evolution of the Scientific Point of View* (VEBLEN, 1919, p. 32-55):

The characteristic feature by which post-Darwinian science is contrasted with what went before is a new distribution of emphasis, whereby the process of causation, the interval of instability and transition between initial cause and definitive effect, has come to take the first place in the inquiry; instead of that consummation in which causal effect was once presumed to come to rest. This change in point of view was, of course, not abrupt or catastrophic. But it has latterly gone so far that modern science is becoming substantially a theory of the process of consecutive change, realized to be self-continuing or self-propagating and to have no final term (VEBLEN, 1919, p.37).

É esse compromisso com a seqüência causal que nos sugere a orientação eminentemente histórica do pensamento vebleniano. O próprio Veblen explicita essa orientação em um importante artigo intitulado *The limitations of marginal utility* (VEBLEN, 1919, p. 231 -251), originalmente publicado em 1909 no *Journal of Political Economy*, onde escreve:

(...) and where, as in economics, the subject of inquiry is the conduct of man in his dealings with the material means of life, the science is necessarily an inquiry into the life-history of material civilization (...). Not that the economist's inquiry isolates material civilization from all other phases and bearings of human culture, and so studies the motions of an abstractly conceived "economic man". (...) On the contrary, no theoretical inquiry into this material civilization that shall be at all adequate to any scientific purpose can be carried out without taking this material civilization in its causal, that is to say, its genetic, relations to other phases and bearings of the cultural complex. (...) But in so far as the inquiry is economic science, specifically, the attention will converge upon the scheme of material life and will take in other phases of civilization only in their correlation with the scheme of material civilization (Veblen 1919, p. 241).

Dessa forma, e retornando à dicotomia, uma vez que o método evolucionário enfatiza o processo, fica interdita a possibilidade de imputação apriorística de um dos elementos constitutivos da realidade social como base exclusiva de explicações de fenômenos sociais. Isso implica, do ponto de vista do recorte teórico aqui pretendido, a

formação de uma barreira metodológica que salvaguarda as explicações dos limites reconhecido na dicotomia indivíduo-sociedade.

Uma vez destacada a ênfase de Veblen em explicações em termos de cadeias contínuas de causa e efeito veremos a seguir o papel que o autor atribui à intencionalidade da conduta humana em seu esquema de pensamento e sua relação com a dicotomia.

2.2.3 Conduta humana, intencionalidade, causalidade e a dicotomia

Como sublinhado na seção anterior é comum associar o Darwinismo, sobretudo em sua aplicação às ciências sociais, com um determinismo de uma forma tal que a intencionalidade e liberdade do agir humano estariam excluídas da análise. Em outras palavras, aponta-se para uma incompatibilidade entre explicações em termos de seqüências de causalidade e explicações que considerem a ação humana proposital como um elemento causal fundamental da análise. Nessa seção veremos que Veblen buscou articular tais elementos em muitos de seus escritos.

O debate entre David Seckler, então aluno de Lionel Robbins, e Paul Bush²⁴ – que tem início com a publicação do livro de Seckler intitulado *Thorstein Veblen and the Institutionalists: a study in the Social Philosophy of Economics*, publicado em 1975 –, é ilustrativo dos problemas filosóficos oriundos nas posições opostas e “mutuamente contraditórias”, como afirma o próprio Seckler, discutidas no primeiro capítulo desse trabalho. Nessa obra Seckler argumenta que os institucionalistas (Veblen inclusive, mas não somente) não foram capazes de desenvolver uma metodologia coerente devido a sua ambivalência na questão da “livre escolha *versus* determinismo” e, tomando esse ponto como o de partida, identifica dois Veblens: um “Veblen humanista”, com inclinações ao que ele chamou de “individualismo radical” – que, para os propósitos do presente trabalho, pode ser entendido simplesmente como Individualismo Metodológico – e um

²⁴ Ver SECKLER (1980, 1981) e BUSH (1980a, 1980b).

“Veblen behaviorista”, caracterizado por análises “extremamente determinísticas”. BUSH (1980a, 1980b) defende que Seckler falha ao não entender que o trabalho de Veblen representa um esforço em superar os limites e os problemas dessa dicotomia, justamente por ser ele mesmo (Seckler) um adepto dessas posições dicotômicas – fato que se reflete em sua filiação explícita ao individualismo metodológico –, ao adotar a seguinte perspectiva: “ou todo o comportamento humano é racional, ou então somos prisioneiros de nossos hábitos” (MONASTÉRIO, 1996, p.79-80). Nas palavras de Bush: “*He is completely persuaded by the whole pantheon of classical philosophical dualisms which find their expression in such methodological prescriptions as Ludwig von Mises’ insurmountable methodological dualism (...)*” (BUSH, 1980b, p.287).

De fato, em *The limitations of marginal utility*, Veblen aponta para “dois fundamentos básicos do conhecimento teórico”: a razão suficiente (*sufficient reason*) e causa eficiente (*efficient cause*). A razão suficiente, segundo MONASTÉRIO (1996, p.71), trata de como o futuro determina o curso presente dos acontecimentos através da maneira pela qual os eventos futuros são apreendidos pelos agentes, guiando o comportamento presente dos mesmos: representa, de fato, o exercício da racionalidade. Para Veblen a teoria marginalista adota o método da razão eficiente como o único possível para a economia, que deve buscar entender como os agentes fazem suas escolhas em termos racionalistas e hedonistas. A causa eficiente, por sua vez, está associada às relações de causa e efeito, caracterizando-se por ser impessoal, objetiva e determinística (MONASTÉRIO, 1996, p.72). Nos termos de Seckler o método baseado na razão suficiente é racionalista ou individualista (“Veblen humanista”) e o método da causa eficiente associa-se ao behaviorismo e ao determinismo (“Veblen behaviorista”). Embora para Veblen ambos os fundamentos devam ser considerados e articulados, as relações de razão suficiente devem ser subordinadas aos argumentos formulados em termos da causa eficiente reforçando, assim, sua orientação Darwinista na causação cumulativa (VEBLEN, 1919, p. 238).

Segundo HODGSON (2004a, 2004b), Veblen se esforçou para reconciliar tais posições opostas em um arcabouço não dicotômico, ou seja, onde não seria possível a determinação apriorística de apenas um desses métodos com a automática exclusão do outro. Para tanto Veblen sublinhou a importância de se considerar a intencionalidade das ações econômicas dos agentes nas explicações em ciências sociais, embora a introduzisse no esquema evolucionário de seleção natural:

Like other animals, man is an agent that acts in response to stimuli afforded by the environment in which he lives. Like other species, he is a creature of habit and propensity. But in a higher degree than other species, man mentally digests the content of habits under whose guidance he acts, and appreciates the trend of these habits and propensities...By selective necessity he is endowed with a proclivity for purposeful action...He acts under the guidance of propensities which have been imposed upon him by process of selection to which he owes his differentiation from other species (VEBLEN apud HODGSON, 2004a, p. 348).

Em *The theory of the Leisure Class*, seu primeiro livro, publicado originalmente em 1899, a ação humana já era entendida como sendo orientada a fins específicos: “(...)man is an agent. He is, in his own apprehension, a centre of unfolding impulsive activity – ‘teleological’ activity. He is an agent seeking in every act the accomplishment of some concrete, objective, impersonal end” (VEBLEN, 1899, p.15). Não parece correto, portanto, afirmar que Veblen excluiu ou mesmo minimizou a ação proposital humana adotando, com isso, uma postura determinista (behaviorista) com relação ao comportamento do agente e eliminando sua importância para análise dos fenômenos econômicos. Seu intento foi o de apontar para a superação daquela ontologia dicotômica que mantinha completamente separadas a intencionalidade da agência humana e a cadeia de causalidade. Em suas palavras (VEBLEN, 1919, p. 237): “*The two methods of inference – from sufficient reason and from efficient cause – are out of touch with one another and there is no transition from one to the other: no method of converting the procedure or the results of the one into those of the other*”. Sobre as consequências daquela concepção dicotômica VEBLEN (1919, p. 237) escreveu: “*The immediate consequence is that the resulting economic theory is of a teleological character –*

“deductive” or “a priori” as it is often called – instead of being drawn in terms of cause and effect”.

A solução proposta pelo autor, portanto, não veio da insistência na controvérsia e da tentativa de exclusão do comportamento proposital humano do esquema teórico, mas da demonstração de que as intenções, além de causas, são causadas e, portanto, passíveis de serem elas mesmas explicadas em um contexto evolucionário de causação cumulativa.

Now, it happens that the relation of sufficient reason enters very substantially into human conduct. It is this element of discriminating forethought that distinguishes human conduct from brute behavior. And since economist's subject of inquiry is this human conduct, that relation necessarily comes in for a large share of his attention in any theoretical formulation of economic phenomena, whether hedonistic or otherwise (VEBLEN, 1919, p. 238).

Contudo, Veblen mostra-se afinado com outras ciências que lidam com a vida humana quando essas admitem *“the relations of sufficient reason as a proximate, supplementary, or intermediate ground, subsidiary, and subservient to the argument from cause to effect”* (VEBLEN, 1919, p. 238). O problema do marginalismo, segundo o autor, seria ter feito com que a razão suficiente suplantasse as relações de causa e efeito.

Dessa forma, ao apontar para a necessidade de explicação dos próprios propósitos, intenções, razões, etc., que estão implícitos à formação de gostos e preferências, Veblen rejeita, por um lado, a noção de um indivíduo dado, pronto, acabado e de natureza imutável – característica do individualismo metodológico –, como o representado pelo *homo economicus* do pensamento neoclássico. E, por outro lado, rejeita também a noção de que o comportamento humano, preferências e disposições incluídas, seriam totalmente explicáveis em termos de formas ou sujeitos sociais obscuros – como sugerido pelo coletivismo metodológico – cujo meio de influência sobre os indivíduos permanecia sem qualquer compreensão. Em termos mais comuns às discussões atuais na literatura sobre metodologia econômica, Veblen faz um apelo para a consideração das preferências, crenças e disposições dos agentes de forma endógena ao sistema econômico e social.

É dessa maneira que Veblen desenvolve um arcabouço que passa ao largo da dicotomia indivíduo-sociedade. Em suma, seus principais pontos são: (i) *causação cumulativa*, relacionada à orientação histórica da análise vebleniana, que impede uma análise atemporal e apriorística; e (ii) a idéia de que a *ação teleológica, intencional, dos sujeitos* não pode ser simplesmente excluída da análise – mas deve estar teoricamente subordinada ao processo de causação cumulativa – pois é fator fundamental dos eventos que são objetos das ciências sociais. A consideração metodológica desses dois pontos quando da investigação dos fenômenos-objetos da ciência econômica impede que sua explicação seja levada a cabo sob a forma de um daqueles reducionismos delineados no primeiro capítulo e que tomam forma na oposição entre IM e HM. Para Veblen, os fenômenos e comportamentos econômicos dos agentes não podem ser explicados em termos de processos que somente envolvam indivíduos e suas ‘propriedades’, tampouco que envolvam somente forças sociais que governam, de forma determinística, o comportamento dos agentes e, assim, o sentido e direção dos sistemas econômicos. Dessa maneira, fica esclarecida, em linhas gerais, a origem darwiniana da natureza anti-dicotômica do pensamento vebleniano. A aceitação desses dualismos é entendida por Veblen como uma característica da ciência pré-evolucionária que, para os fins impostos a esse trabalho, confunde-se com o compromisso positivista/empiricista acima discutido.

3. O INSTITUCIONALISMO VEBLENIANO E SEU RESTABELECIMENTO

Neste capítulo nos voltaremos para as principais categorias construídas por Veblen e para a forma de sua articulação de maneira que oferecem um tratamento evolucionário – e, assim defende-se, não dicotômico – da conduta humana e de sua necessária relação com as estruturas sociais, as instituições. Veremos também de que forma tem se dado o movimento de recuperação dessas categorias – sobretudo no trabalho de Geoffrey Hodgson e algumas possíveis conexões com a filosofia realista das ciências sociais.

3.1 A CONDUTA HUMANA: INSTINTOS, HÁBITOS E INSTITUIÇÕES

3.1.1 Instintos e Hábitos

Como visto acima, a psicologia hedonista, adotada pelos primeiros utilitaristas e sempre presente em seu desenvolvimento até a ortodoxia dos dias de hoje, foi considerada por Veblen inadequada para o tratamento das motivações humanas. Em contraposição a essa perspectiva teórica das ações humanas Veblen oferece sua Teoria dos Instintos e dos Hábitos que, dentro do arcabouço evolucionário, busca um entendimento da conduta humana que seja mais consistente com a realidade subjacente às ações dos seres humanos em suas vidas cotidianas. Isso não significa que a conduta dos agentes é tratada de forma meramente descritiva – o que seria uma entrega ao indutivismo, nos próprios termos de Veblen –, tampouco é considerada sob categorias excessivamente gerais como aquelas utilizadas nas análises orientadas pelo método dedutivo. É o olhar constante para um mundo sempre em movimento que inspira Veblen a construir suas categorias – seus referentes teóricos da realidade econômica e social.

O objetivo central da construção teórica de Veblen, em consonância com sua perspectiva evolucionária, é o exame da origem e mudança das instituições e, para tanto,

deve-se reconhecer que os conceitos adequados a tal tarefa são distintos daqueles que se originam tanto na Psicologia quanto na Biologia. Dessa maneira, o termo “instinto”, quando aplicado ao estudo do comportamento humano, ganha um inevitável ar de imprecisão e amplitude. Veblen escreveu em seu *The Instinct of Workmanship* de 1914: “*For this purpose “instinct” is a concept of too lax and shifty a definition to meet the demands of exact biological science*”; e em seguida: “*For the sciences that deal with psychology of human conduct ... too, the broad term “instinct” is of too unprecise a character to serve the needs of an exhaustive psychological analysis*” (VEBLEN, 1914, p.2).

É justamente esse caráter de imprecisão e amplitude do comportamento humano e, logo, de seus referentes teóricos, que leva Veblen a formular uma definição de instinto que se afasta daquelas do senso comum das ciências de sua época. Mantém-se o caráter inato e hereditário dos instintos que, no entanto, são encarados como inclinações, disposições ou propensões a certos comportamentos e não como comportamentos em si. Retornaremos a esse ponto mais à frente quando tratarmos dos hábitos. O mais importante a ressaltar por hora é que os instintos estão relacionados com os objetivos, com os fins, das ações humanas; são o motor da atividade humana. Para VEBLEN (1914, p.1):

Human activity, in so far as it can be spoken of as conduct, can never exceed the scope of these instinctive dispositions, by initiative of which man takes action. Nothing falls within the human scheme of things desirable to be done except what answers to these native proclivities of man. These native proclivities alone make anything worth while, and out of their working emerge not only the purpose and efficiency of life, but its substantial pleasures and pains as well.

Assim, os instintos são propensões inatas, características irreduzíveis da psicologia humana, que definem os objetivos últimos do comportamento. As ações ‘disparadas’ pelos instintos são, dessa forma, ações teleológicas – *Instinctive action is teleological...* (VEBLEN, 1914, p.3) – e é a orientação a cada objetivo que guarda a distinção entre os instintos: “*The distinctive feature by the mark of which any given instinct is identified is to*

be found in the particular character of the purpose to which it drives” (VEBLEN, 1914, p.4).

Para a espécie humana cabe a distinção entre as ações instintivas e, por um lado, as ações tropismáticas (que envolvem apenas estímulo-resposta) – uma vez que as primeiras envolvem consciência e adaptação com relação aos fins perseguidos –, e, por outro lado, as ações cujo grau de deliberação e reflexão dificilmente permitiria seu reconhecimento como ações instintivas. Dessa forma, os instintos são tomados em proximidade com as atividades *quasi-tropismatic* que, novamente, envolvem a consciência na persecução de seus fins, traço distintivo da atividade humana. Nas palavras do autor (VEBLEN, 1914, p.5-6): *“The ends of life, then, the purposes to be achieved, are assigned by man`s instinctive proclivities; but the ways and means of accomplishing those things which the instinctive proclivities so make worth while are a matter of intelligence”*. Inteligência, nesse contexto, significa tão somente reflexão sobre os meios de se alcançar objetivos específicos. No entanto, o reconhecimento de que a consciência e a reflexão estão presentes nas ações humanas não autoriza que o papel das inclinações instintivas seja eliminado da análise, ao contrário deve-se reconhecer que a própria reflexão é pressuposta pela dotação de instintos:

But the dependence of the race on its endowment of instincts is no less absolute for this intervention of intelligence; since it is only by the prompting of instincts that reflection and deliberation come to be so employed, and since instinct also governs the scope and method of intelligence in all this employment of it (VEBLEN, 1914, p.6).

Com base no que foi dito acima podemos destacar duas características importantes dos instintos humanos tal como delineados no pensamento vebleniano: (i) sua natureza inata e persistente e (ii) sua indeterminação (*vagueness*). A dotação de instintos humanos básicos permanece a mesma desde o começo da humanidade (VEBLEN, 1914, p.18), uma vez que *“the instincts are hereditary traits”* (VEBLEN, 1914, p.13). A indeterminação dos instintos é o que abre espaço para a reflexão do agente e impede que os instintos humanos sejam tratados como determinantes do comportamento em um sentido

behaviorista: “*Characteristic of the race is a degree of vagueness or generality, an absence of automatically determinate reponse, a lack of concrete eventuality as it might be called, in the common run of human instincts*” (VEBLEN, 1914, p.13). Os instintos apenas apontam para os fins a serem buscados, mas os meios dessa realização dependem de algo mais, como se verá mais adiante, implicando que embora os instintos mantenham-se inalterados, o *comportamento instintivo* é passível de desenvolvimento.

VEBLEN (1914, p.120) sugere que a origem dos instintos tipicamente humanos encontra-se no início do neolítico, na fase da barbárie (*savagery*), e via processo de seleção natural forma aquilo que pode ser chamando de ‘natureza humana’ – a dotação básica de instintos humanos – que persiste até os dias de hoje. Embora não pertença ao escopo desse trabalho o detalhamento da teoria dos instintos desenvolvida por Veblen, é interessante o destaque da classificação de Veblen dos principais instintos humanos, com a ressalva de que os instintos nunca atuam isoladamente sobre o comportamento humano, ou seja, não é possível atribuir a cada ação a influência de apenas um instinto isoladamente uma vez que os instintos se relacionam entre si de forma que é possível a interferência mútua entre os mesmos (VEBLEN, 1914, p.11).

BACKHOUSE (1985, p. 227) destaca três dos mais importantes instintos humanos classificados na obra de Veblen, são eles: (i) o instinto de trabalho eficaz (*instinct of workmanship*); (ii) a inclinação paternal (*parental bent*); e (iii) a curiosidade vã (*idle curiosity*)²⁵. O instinto de trabalho eficaz é o mais fundamental e antigo dos instintos e surge ainda na época em que a subsistência da espécie não está garantida quando, portanto, a sobrevivência do grupo depende do trabalho de seus membros. É “a preferência do homem por trabalho eficaz” (MONASTÉRIO, 1996, p. 44). A inclinação paternal guarda forte relação com o instinto de trabalho eficaz, pois também diz respeito ao bem-estar material da espécie (VEBLEN, 1914, p. 25). VEBLEN (1914, p.26) afirma ainda que o significado desse instinto vai muito além da “mera tendência a ter filhos”, é a disposição inata do homem de preocupar-se com o bem-estar de sua prole ou dos

²⁵ As traduções aqui adotadas são as mesmas de MONASTÉRIO (1996).

descendentes do grupo (VEBLEN, 1914, p.48). A curiosidade vã faz com que o homem busque o conhecimento de forma desinteressada (VEBLEN, 1914, p.85) e procure explicações coerentes do mundo (BACKHOUSE, 1985, p.227).

Dessa forma tais instintos formam grande parte da, mas não toda a, base psicológica da conduta humana, ou seja, eles constituem condições necessárias, mas não suficientes, para um entendimento completo dessa conduta. Por seu caráter inato e persistente, fisiológico até, o conjunto de disposições instintivas pode não ser capaz de orientar a ação humana em um ambiente complexo, incerto e em constante mudança. Para tanto, surge uma categoria da mais extrema importância – muito embora não tão desenvolvida pelo autor quanto à dos instintos – para o pensamento de Veblen e dos institucionalistas: os hábitos de vida e pensamento.

Da mesma forma que os fins últimos da atividade humana estão postos pela dotação das inclinações instintivas, os meios de sua persecução estão sob o domínio dos hábitos. Segundo Veblen, estes hábitos são formados no embate dos fins para os quais as ações humanas são direcionadas com as condições materiais (objetivas) vigentes. O homem desenvolve, ao longo do tempo, padrões de comportamento na busca pela realização de suas aspirações instintivas de forma que seja possível a adaptação desses padrões às situações de mudança. Dessa maneira, podemos entender que instintos e hábitos se inter-relacionam de forma complementar, muito embora os instintos sejam, por assim dizer, fixos, enquanto os hábitos, entendidos como os meios de alcançar objetivos, são passíveis de desenvolvimento cumulativo de acordo com o desenrolar dos processos históricos e sociais. Nas palavras de VEBLEN (1914, p.6-7):

This apparatus of ways and means available for the pursuit of whatever may be worth seeking is, substantially all, a matter of tradition out of the past, a legacy of habits of thought accumulated through the experience of past generations. So that the manner, and in a great degree the measure, in which the instinctive ends of life are worked out under any given cultural situation is somewhat closely conditioned by these elements of habit, which so fall into shape as an accepted scheme of life.

Contudo não é correto afirmar que os hábitos se reduzem tão à somente padrões de comportamento humano observáveis. De fato, segundo MONASTÉRIO (1996, p.50), John Dewey – um dos autores pragmatistas de maior influência para a psicologia subjacente na obra de Veblen – reconhece que uma das características do comportamento habitual é a repetição: em situações de estímulos semelhantes os seres humanos tendem a agir de forma habitual e “parcialmente irreflexiva”. No entanto, o mesmo autor busca desfazer qualquer ligação necessária entre hábitos e comportamentos ao afirmar que os hábitos, assim como os instintos, são propensões, disposições, inclinações a certos comportamentos em determinadas situações: “*The essence of habit is an acquired predisposition to ways or modes of response*” (DEWEY *apud* HODGSON, 2004b, p.170). HODGSON (2004b, p.169) identifica essa influência pragmatista no trabalho de Veblen:

Veblen's usage was consistent with the pragmatist philosophers and instinct psychologists who saw habit as an acquired proclivity or capacity, which may or may not be actually expressed in current behaviour. Repeated behaviour is important in establishing a habit. But habit and behaviour are not the same. If we acquire a habit we do not necessarily use it all the time. It is a propensity to behave in a particular way in a particular class of situations.

William James, outro autor pragmatista de forte influência sobre Veblen, reforça a distinção entre instintos e hábitos: embora ambos devam ser vistos como disposições, propensões e não comportamentos, os primeiros são herdados e imutáveis em cada indivíduo da espécie e os últimos são adquiridos e desenvolvidos socialmente de forma a tornarem-se princípios de conduta convencionalmente aceitos. É nesse sentido que VEBLEN (1914, p.7) escreve:

The accustomed ways of doing and thinking not only become an habitual matter of course, easy and obvious, but they come likewise to be sanctioned by social convention, and so become right and proper and give rise to principles of conduct. By use and wont they are incorporated into the current scheme of common sense.

Dessa maneira, por sua relativa flexibilidade e autonomia, os hábitos tornam-se mais importantes que os instintos no condicionamento da atividade humana, podendo,

inclusive, tornarem-se fins em si mesmos. A esse respeito Veblen anotou: “*As elements of the approved scheme of conduct and pursuit these conventional ways and means take their place as proximate ends of endeavour*” (1914, p.7). Assim, com a atenção voltada para essas ‘metas próximas’, os fins postos pelos instintos ficam obscurecidos. VEBLEN (1914, p.8) oferece o exemplo do dinheiro que passa a ser desejado em si mesmo e não como simples meio para a obtenção de bens e serviços com vistas a satisfação de desejos e necessidades humanos²⁶. Cabe frisar que os hábitos são apenas relativamente flexíveis – com relação aos instintos – guardando, portanto, um elemento de inércia no fato de que os seres humanos, em suas tarefas convencionais, demoram a ajustar-se a novas circunstâncias, isto é, têm uma certa resistência em incorporar novos hábitos e/ou alterar os já arraigados²⁷.

Para Veblen, a formação e desenvolvimento desses métodos habituais de ação e pensamento estão direta ou indiretamente relacionados com as exigências do sistema produtivo, embora seu escopo vá além e atinja muitos outros aspectos da atividade humana (MONASTÉRIO, 1996, p. 52). O agente de Veblen é como uma unidade, uma totalidade, de instintos inatos e hábitos de ação e pensamento adquiridos socialmente e inter-relacionados: “(...) *the habituation that touches the functioning of any given instinct must, in a less degree but pervasively, affect the habitual conduct of the same agent when driven by any other instinct*” e prossegue: “*So that on this view the scope of habit (...) is necessarily wider than the particular concrete line of conduct to which the habituation in question is due*”(VEBLEN, 1914, p.12-13).

²⁶ Esse ponto tem enormes conseqüências na obra de Veblen, sobretudo em sua idéia de “emulação pecuniária” desenvolvida em *The Theory of the Leisure Class*.

²⁷ Alguns autores da NEI, como Douglas North, trabalham com conceitos de hábitos e instituições como restrições, limites, impedimentos, ou seja, apenas como elementos de rigidez do comportamento humano.

3.1.1.1 Instintos, hábitos e deliberação racional

Um dos pontos de maior disputa em teoria social e econômica é o que versa sobre a racionalidade do comportamento individual. De uma forma geral, o *mainstream* da ciência econômica entende que o comportamento relevante para a análise econômica é aquele guiado pela deliberação consciente do agente, ou seja, de escolha racional – maximizadora de utilidade ou minizadora de desutilidade – considerando as restrições e preferências individuais como dadas. O comportamento habitual, quando considerado, seria apenas um resultado da deliberação e da escolha racional do indivíduo em determinadas situações.

A visão de Veblen sobre esse ponto é, mais uma vez, orientada pelas contribuições dos pensadores pragmatistas para quem os instintos, hábitos e a deliberação consciente e racional não se opõem, antes pelo contrário, se complementam. Imersos em um mundo em constante alteração e emissor de uma quantidade incomensurável de dados sensoriais os agentes adotam o comportamento habitual como meio de lidar com a incerteza, a complexidade e a variabilidade das circunstâncias. Dessa forma, o hábito é parte essencial do ato da deliberação (HODGSON, 2004b, p. 167).

Nesse sentido, argumenta-se que os instintos e hábitos são pressupostos necessários (condições objetivas) para a deliberação consciente. Sem um conjunto de hábitos de pensamento e ação que sirva como filtro para os dados que chegam até o indivíduo e, assim, oriente sua percepção do mundo a sua volta, ele não teria condições cognitivas para reduzir a incerteza e a complexidade de forma que a ação deliberativa e racional estaria ameaçada. Nas palavras de VEBLEN (1914, p.51): “*This body of habitual principles and preconceptions is(...) the medium through which experience receives those elements of information (...)*”.

No esquema darwinista a mente humana, capaz de deliberação racional consciente, evoluiu de formas de vida onde essa capacidade era, no mínimo, menos acentuada. Assim, a própria capacidade de deliberação é um resultado da evolução da espécie. Dessa

maneira, considerando tanto a evolução ontogenética da espécie humana quanto a evolução de cada indivíduo particular, pode-se afirmar que a deliberação racional necessariamente pressupõe hábitos de pensamento e ação, da mesma forma como esses necessariamente pressupõem os instintos.

Com isso afirma-se que as crenças e preferências dos agentes individuais, necessárias para a ação racional, são formadas com o auxílio dos processos ininterruptos de habituação, apontando para a natureza endógena da formação dessas crenças e preferências. No entanto, esse aspecto da teoria evolucionária de Veblen não implica uma negação do papel da racionalidade humana nos processos econômicos e sociais uma vez que é admitido que novos hábitos podem surgir como resultado de um processo deliberativo. O que deve ser frisado é que a deliberação necessariamente pressupõe a formação de hábitos de pensamento e ação por parte dos agentes individuais.

3.1.2 Hábitos e Instituições

Em uma das passagens mais conhecidas dos textos escritos por VEBLEN (1919, p.239) as instituições encontram-se definidas como: “(...) *settled habits of thought common to the generality of men*”. A obscuridade e imprecisão dessa definição – bem como de muitas outras passagens da obra do autor – possibilitou a construção das mais variadas formas de interpretação, que servem tanto para a defesa do pensamento de Veblen quanto para o ataque às suas idéias. É diante de tal obscuridade que MONASTÉRIO (1996, p.53) se coloca a seguinte questão: “como os hábitos individuais tornam-se sociais, isto é, como os hábitos institucionalizam-se?”. Dessa forma, as instituições são tomadas como a contrapartida social dos hábitos individuais. Se um determinado hábito se dissemina entre os indivíduos de um grupo, por exemplo, ele se torna uma instituição social. Mas qual pode ser o ‘caminho’ dessa disseminação?

Da maneira como aqui está apresentada, essa questão guarda implícita uma base individualista, ou seja, a própria questão sugere que a formação/mudança das instituições sociais (os hábitos sendo institucionalizados) pode (ou deve?) ser explicada em termos dos hábitos individuais; é uma orientação metodológica unilateral “de baixo para cima”, isto é, dos indivíduos para as instituições. MONASTÉRIO (1996, p.53) queixa-se do fato de que Veblen não deu a devida atenção a esse ponto e se permite um “rastreamento” da posição de Veblen em “comentários dispersos ao longo de seus trabalhos”. Como resultado desse rastreamento, destaca, por um lado, uma “abordagem reducionista, na qual as instituições são a *soma* dos hábitos de pensamento individuais” (MONASTÉRIO, 1996, p.54), em uma forma de explicação “de baixo para cima” e, por outro lado, baseados em explicações “de cima para baixo”, processos de “internalização das instituições pelos indivíduos” e de “pressão social”. Parece clara, novamente, a presença daquela posição dicotômica anteriormente descrita ao se tomar sempre como ponto de partida da explicação, de forma apriorística, um dos pólos elementares da constituição social em detrimento do outro.

Mas ao prosseguir com sua investigação sobre a categoria de instituições para além de sua origem, Monastério destaca pontos interessantes da relação entre os hábitos individuais e as instituições sociais que, agora sim, estão mais bem adequados à forma de interpretação da economia evolucionária vebleniana que esse trabalho propõe resgatar. “Uma vez institucionalizados”, reconhece MONASTÉRIO (1996, p.55), “os hábitos seguem influenciando a formação de outros comportamentos convencionais”. Em outras palavras, afirma-se o caráter cumulativo do desenvolvimento dos hábitos entre os homens de forma consistente com os hábitos estabelecidos. O surgimento de novos hábitos é necessariamente condicionado por aqueles hábitos segundo os quais os homens põem-se em atividade, ou seja, pelas instituições existentes. Dessa maneira, forma-se um tecido de instituições que condicionam a atividade dos indivíduos (VEBLEN, 1914, p.50).

Esse tecido ou malha institucional cresce e torna-se mais complexo e interdependente ao longo do processo de evolução social da espécie humana.

Considerando esse último ponto, temos que a cada momento histórico todo e qualquer indivíduo particular nasce em um mundo já institucionalizado. Como visto, os hábitos – e, portanto, as instituições – têm um papel cognitivo na formação do sujeito individual e orienta – mas não determina – mesmo as crenças e preferências mais básicas do indivíduo socializado.

Ao considerarmos tudo o que foi visto acima estaremos aptos a entender, com Veblen, que a realidade social é um *todo*, um *complexo*, uma *totalidade*. Segundo VEBLEN (1919, p. 39): “*The cultural scheme of any community is a complex of the habits of life and of thought prevalent among the members of the community. It makes up a more or less congruous and balanced whole, and carries within it a more or less consistent habitual attitude toward matters of knowledge (...)*”. Assim, indivíduos e instituições não podem ser analisados em separado, dado que pertencem a um mesmo ‘sistema’ cujos elementos fundamentais são todos interdependentes. Acredita-se, com isso, estar demonstrado o caráter dual – e não dicotômico – da teoria evolucionária-institucional de Veblen. Não é possível, segundo essa perspectiva, a construção de explicações que *partam* quer dos indivíduos quer das estruturas sociais, uma vez que não pode ser teoricamente identificado um *início* do processo de evolução social. Toda explicação deve considerar os indivíduos imersos em determinadas redes de instituições segundo as quais ele age em busca da realização consciente de seus fins.

Findada a revisão dos conceitos fundamentais da obra de Veblen, o próximo passo do trabalho será uma investigação dos esforços de recuperação de seu esquema analítico.

3.2 A RENOVAÇÃO DO INSTITUCIONALISMO EVOLUCIONÁRIO DE VEBLEN

3.2.1 A psicologia cognitiva e o conceito de hábitos

A retomada da hegemonia da academia norte-americana pelos economistas de tradição neoclássica no após segunda guerra (RUTHERFORD, 2001) não foi capaz de

impedir o crescente questionamento de algumas de suas principais categorias. Ilustrativos desses questionamentos são os recentes trabalhos de psicólogos e economistas de outras matizes teóricas que empreenderam ataques ao núcleo duro neoclássico, no sentido lakatosiano. São alvos constantes das críticas tanto as idéias de racionalidade como comportamento e de racionalidade como deliberação quanto a concepção de preferências fixas e exógenas²⁸. No primeiro caso – racionalidade como comportamento –, principalmente no que diz respeito às idéias de consistência e transitividade das escolhas individuais, destacam-se os esforços conjuntos de Amos TVERSKY e Daniel KAHNEMAN (1986) relacionados a análise da percepção da informação por parte dos agentes. A racionalidade como deliberação foi o alvo das críticas de Herbert SIMON (1959, 1980) que desenvolve o conceito de racionalidade limitada ao enfatizar as limitações computacionais da mente humana com relação a quantidade de dados que recebe. Samuel BOWLES (1998) faz a crítica à idéia de preferências fixas e exógenas quando procura mostrar que o indivíduo é passível da influência de seu meio.

Paralelos a esses desenvolvimentos críticos – mas com importantes conseqüências para as ciências sociais como um todo e para a ciência econômica em particular, sobretudo no que diz respeito à retomada do institucionalismo de cunho vebleniano – estão aqueles concernentes à teoria cognitiva na psicologia (HODGSON, 1994). Sua importância reside na abertura de espaço para a reabilitação do conceito de hábitos na análise da conduta humana ao pôr em cheque uma das idéias-chave da ortodoxia econômica, a saber, de que toda ação (relevante) é regulada pelo cálculo racional, deliberativo e a um mesmo nível de consciência. Adicionalmente, a teoria cognitiva legitima a consideração da influência de uma “dimensão social” sobre o comportamento individual.

Desde Sigmund Freud a psicologia trabalha com a consideração de que a atividade humana se desenrola sobre vários níveis de consciência, isto é, existem processos mentais para além daqueles totalmente conscientes – em níveis inconscientes e semiconscientes.

²⁸ Todos, de certa forma, alvos também das críticas de Veblen.

Em linhas gerais pode-se afirmar que decisões estratégicas são tomadas em um nível mais alto da consciência, enquanto decisões menos estratégicas, mais cotidianas, estariam nos níveis mais baixos da cognição e deliberação humanas. Esse “nível mais baixo” de consciência presente em algumas ações está próximo daquele que aparece sob o termo “conhecimento tácito” desenvolvido por Michael POLANYI (1962) e utilizado por NELSON & WINTER (2005). O argumento central da teoria cognitiva é que a mente humana seria dotada de mecanismos de filtragem da grande massa de dados sensoriais que nos chega a todo o momento do ambiente complexo de forma a torná-los, por assim dizer, tratáveis. Em um trabalho de psicologia cognitiva lê-se:

O estímulo de informação que nos chega confronta-nos com um universo infinitamente complexo. Limitados às percepções, estaríamos irremediavelmente escravizados à peculiaridade de cada objeto, acontecimento ou relação. Mas a confusão caótica dos estímulos sensoriais é reduzida a uma dimensão controlável pela formação de *conceitos*. Por este processo, o nosso conhecimento transforma-se de uma multiplicidade de percepções num número limitado de unidades informativas (SPRADLEY citado por HODGSON, 1994, p.109).

Não seria possível à mente levar a cabo o processamento, de forma “bruta”, de todos os dados sensoriais que a ela chegam. Um mecanismo habitual de formação de conceitos e referências, baseados em experiências anteriores, atuaria de forma a possibilitar a classificação dos dados expostos aos sentidos e, assim, tornaria possível a atribuição de significados. A implicação dessa teoria para a ciência econômica é o desmantelamento da idéia de ação puramente animada por propósitos em um único, e, diga-se de passagem, elevado, nível de consciência deliberativa, como querem os neoclássicos. Se correta, essa concepção torna “altamente implausível partir do princípio de que todas as ações são racionais por igual, em todos os níveis de consciência e de intencionalidade” (HODGSON, 1994, p.113). Dessa forma, “é necessária uma certa estruturação hierárquica da mente humana, em diferentes níveis de consciência, dada a complexidade dos processos cognitivos e de pensamento e a quantidade de dados sensoriais e informação com que temos de nos haver” (HODGSON, 1994, p.116).

Ora, se o ato mesmo da cognição se desenrola sobre múltiplos níveis de consciência, também a ação, como resultado do processo de cognição, está sujeita à mesma hierarquia da mente. Assim sendo o agente humano pode depender de *rotinas e hábitos* – que são os elementos constituintes das instituições – em sua atividade. Nesse sentido, os resultados da psicologia cognitiva abrem espaço para a introdução de uma “dimensão social, cultural e institucional”.

A formação dos conceitos e referências necessários para a significação dos dados recebidos pela mente é, ela mesma, parte do processo de socialização de cada indivíduo. Em outras palavras, a maior parte do aparelho conceitual de cada indivíduo é adquirido na interação social, desde os primeiros momentos de vida – quando os papéis da educação e da socialização são ainda mais evidentes. Basta que imaginemos que uma linguagem (social) é o pressuposto de qualquer forma, por mais primitiva, de interação entre indivíduos. Sugere-se, assim, que a própria linguagem reserva para o processo cognitivo de formação de conceitos uma especificidade cultural. De uma forma mais ampla, o enquadramento conceitual adquirido reflete a cultura, as normas e as regras sociais do ambiente onde o agente interage.

A essa altura, já temos investigados os argumentos em favor da consideração do peso do elemento ‘social’ sobre o ‘individual’, bem como da natureza habitual (não totalmente racional e deliberativa) do comportamento humano. Essas são, em linhas gerais, as bases psicológicas sobre as quais se dão os movimentos de retomada do pensamento institucionalista evolucionário de Veblen. Mais adiante vamos observar como se deu, principalmente nos trabalhos de Hodgson, a atualização dos conceitos de instituição e seu papel, através do mecanismo dos hábitos, no comportamento dos agentes individuais.

3.2.2 A retomada do institucionalismo evolucionário

Entre os autores contemporâneos que em alguma medida trabalham na mesma linha de pensamento do institucionalismo evolucionário de Thorstein Veblen, buscando seu desenvolvimento e delineando seus limites de aplicação às ciências sociais, podemos citar Warren Samuels, William Dugger, John Searle, Mark Tool, Malcom Rutherford e Geoffrey Hodgson. Das contribuições oferecidas por esses autores, principalmente através da *Association for Evolutionary Economics (AFEE)* e, sua publicação, o *Journal of Economic Issues* (CONCEIÇÃO, 2002), destaca-se o trabalho sistemático, explicitamente voltado para a renovação daquele pensamento, de Geoffrey Hodgson. Em seus trabalhos, Hodgson busca justamente enfatizar a relevância do caráter evolucionário da obra de Veblen e suas implicações em termos de teoria econômica e social. Como já deve ter ficado claro a essa altura, dá-se grande importância aos desenvolvimentos em áreas do conhecimento afins, como psicologia, antropologia, sociologia e filosofia, caracterizando a multidisciplinaridade do pensamento vebleniano e, logo, de seus seguidores, Hodgson incluso. Deve-se frisar de antemão que o escopo do trabalho desse autor está para além do que aqui será investigado, e inclui, por exemplo, “a tentativa de conciliação da velha com a nova economia institucional” (CAVALCANTE, 2007), desenvolvimentos na teoria das organizações, simulações, entre outros temas.

No entanto, o que é de maior interesse para o presente trabalho é sua atualização do conceito de instituições e sua ênfase no processo de formação e aquisição de hábitos de pensamento e ação – ou simplesmente processo de habituação. Tais movimentos teóricos desembocam na sugestão de um *modelo de causação reconstitutiva*, que trata dos mecanismos de influência das instituições (estruturas sociais) sobre os propósitos, preferências e disposições dos indivíduos. Como uma de suas implicações mais importantes, tem-se que a explicação da emergência de uma instituição necessariamente pressupõe a consideração de outras instituições agindo sobre indivíduos – não deve-se, portanto, partir da interação de um coletivo de indivíduos exogenamente constituídos.

A idéia é a consideração de agentes interativos e parcialmente maleáveis, mutuamente entrelaçados em uma rede de instituições parcialmente duráveis e auto-reforçadas (HODGSON, 2001). Essa interdependência entre indivíduos e instituições deve ser sempre frisada, mas deve-se manter o cuidado de assinalar sua distinção ontológica:

Há assim um círculo de determinação inquebrantável. Isto não significa, porém, que instituições e indivíduos são equivalentes em *status* ontológico e explicativo. Eles claramente possuem características distintas. Indivíduos são movidos por propósitos, instituições não o são, ao menos no mesmo sentido. Instituições apresentam amplitude de vida diferente dos indivíduos, algumas vezes sobrevivendo aos indivíduos que abrangem. Seus mecanismos de reprodução e procriação são diferentes (HODGSON, 2001, p.104).

A próxima seção trata da releitura que faz Hodgson do conceito de instituições não apenas como hábitos de pensamento, propondo uma definição que, embora não tenha sido capaz de evitar disputas a seu respeito, busca uma maior precisão teórica.

3.2.2.1 O (atual) conceito de instituição

Antes de avançarmos, é interessante atentar para o fato de que, segundo Hodgson, as instituições são a parte mais importante das estruturas sociais, sobretudo devido a sua capacidade de influência sobre os agentes individuais: “*they make up the stuff of social life*” (HODGSON, 2006, p.2). Isso se deve ao reconhecimento de que a maior parte da interação e atividade humana é estruturada em termos de regras, implícitas ou explícitas. É nesse sentido que Hodgson propõe uma definição de instituições “*...as systems of established and prevalent social rules that structure social interactions. Language, money, law, systems of weights and measures, table manners and firms (and other organizations) are thus all institutions*” (HODGSON, 2006, p.2). No entanto, embora ‘atualizada’, essa nova definição não se afasta da definição original, mais ‘simples’, de Veblen em que as instituições são definidas tão somente como hábitos de pensamento e

ação. Aqui, ainda, *“habits are the constitutive material of institutions, providing them with enhanced durability, power, and normative authority”* (HODGSON, 2006, p. 7).

A definição acima envolve o conceito de regras sociais que, por si só, demanda alguma atenção. O termo regra carrega em si, nesse contexto teórico, a idéia de “disposições normativas costumeiras” no sentido em que deve ser considerada, reconhecida e seguida sem grande deliberação a seu respeito: *“Rules, to be effective in the social context, can never be purely or fully matters of conscious deliberation”* (HODGSON, 2006, p.4). São sociais porque são, necessariamente, socialmente transmitidas, isto é, sua replicação depende de estruturas sociais e do uso da linguagem (naturalmente, social). Outra característica importante das regras sociais é sua potencial codificação (sejam normas de comportamento, convenções sociais ou normas legais) que permite a definição dos limites das comunidades que partilham um determinado conjunto de regras, tácita ou explicitamente.

Dessa forma, ao considerarmos o que foi dito sobre as regras no conceito de instituições acima, podemos traçar alguns paralelos entre elas e os hábitos. Primeiro, a idéia de “regras prevalecentes e socialmente estabelecidas” guarda íntima relação com os “hábitos comuns à generalidade dos homens”, no que diz respeito ao aspecto social dessas concepções. Segundo, regras e hábitos impõem, por assim dizer, seus efeitos sobre os agentes individuais sem demandar desses um alto nível de deliberação, ou seja, uma dimensão tácita seria a mais comum.

De forma geral o processo de aquisição de hábitos é o mecanismo responsável pela efetividade de uma instituição e é o que permite considerar que um agente individual possa ser ‘moldado’, contribuindo para a durabilidade daquela instituição. Esse é o assunto do próximo ponto.

3.2.3 O modelo de causação reconstitutiva: a inter-relação entre hábitos e instituições

A leitura de Hodgson é bastante fiel àquela de Veblen. Por exemplo, fica mantida a concepção de hábitos como disposições, propensões a comportamentos e não comportamentos em si, marcando seu afastamento de um embasamento psicológico de tipo behaviorista.

Como já fartamente mencionado, o mecanismo de aquisição de hábitos, ou habituação, é a espinha dorsal do movimento de recuperação do institucionalismo de tradição vebleniana. Esse é o mecanismo teórico que falta àquelas concepções, orientadas pela filosofia positivista, que analisamos no primeiro capítulo desse trabalho. É, então, o elo teórico responsável pela mediação entre as estruturas sociais e os indivíduos.

Já mencionamos, com os recursos da psicologia cognitiva, como os indivíduos adquirem seus hábitos de pensamento e ação no processo contínuo de socialização que caracteriza a atividade humana. Contudo, devemos frisar que, uma vez que cada indivíduo particular nasce em um mundo institucionalizado, a estrutura de regras prevalentes que cada um deles encontrará provê os incentivos e restrições para sua ação. Dessa maneira, geralmente, hábitos concordantes com a estrutura institucional em vigor são desenvolvidos e reforçados entre os indivíduos gerando, por sua vez, preferências e disposições consistentes com sua reprodução. Nas palavras de Hodgson:

*By structuring, constraining, and enabling individual behaviors, institutions have the power to mold the capacities and behavior of agents in fundamental ways: they have a capacity to change aspirations instead of merely enabling or constraining them. Habit is the key mechanism in this transformation. Institutions are social structures that can involve **reconstitutive downward causation**, acting to some degree upon individual habits of thought and action (HODGSON, 2006, p.7, ênfase adicionada).*

A ênfase no termo ‘reconstitutivo’ na influência das instituições sobre os hábitos individuais deve-se a não se admitir a existência de ‘forças sociais’ misteriosas que controlam as ações dos indivíduos, exatamente a crítica feita por Watkins ao HM, como vimos no capítulo primeiro. Além do que, as influências das instituições sobre os

comportamentos dos agentes são necessariamente mediadas pela relativa capacidade de reflexão dos mesmos sobre seus próprios atos, em outras palavras, pela natureza intencional, teleológica, de seu comportamento. Para HODGSON (2006, p.7): “*The reconstitutive downward causation does not mean that institutions directly, entirely, or uniformly determine individual aspirations, merely that there can be significant downward effects*”. O grau da capacidade de uma instituição de moldar os agentes em certo sentido é fundamental para o entendimento de sua durabilidade, reprodução e transformação.

Fica evidente, dessa maneira, que as instituições, ao mesmo tempo em que moldam e restringem os agentes individuais, são dependentes de sua atividade. Se por um lado, e novamente, cada indivíduo nasce e se desenvolve em um mundo institucionalizado, povoado por *estruturas objetivas* que condicionam suas aspirações e comportamentos, por outro lado, essas mesmas estruturas objetivas são dependentes das concepções mesmas que os agentes têm delas, reforçando a idéia da interdependência mútua entre os indivíduos e as estruturas sociais nas quais suas ações são levadas a cabo. Assim, somos remetidos de volta a questões levantadas no primeiro capítulo sobre a posição do institucionalismo orientado pelo pensamento evolucionário de Veblen quanto àquela dicotomia positivista. Esse é o objeto da próxima seção.

3.3 INSTITUCIONALISMO, REALISMO E A DICOTOMIA, NOVAMENTE

Essa seção busca evidenciar a compatibilidade ontológica entre o pensamento institucional evolucionário de tipo vebleniano e a filosofia realista para as ciências sociais, tal como aqui delineada, além de similaridades metodológicas daí advindas, tendo como ponto de referência a dicotomia positivista indivíduo-sociedade. A implicação metodológica direta dessas observações é a rejeição, por ambas as linhas de pensamento, tanto do IM quanto do HM, de forma que não se autoriza, *a priori*, a tomada de um dos

elementos constituintes da vida social, indivíduos e estruturas sociais, como ponto de partida da análise ou como unidade de análise exclusiva. No segundo capítulo mostrou-se como, por um lado, a filosofia realista da ciência, em sua racionalização sobre os objetos das ciências sociais, e, por outro lado, o aspecto darwiniano da obra de Veblen, manifesto na ênfase nos processos, são capazes de evitar determinações apriorísticas do tipo positivista, origem daquela dicotomia. Nessa fase do trabalho, uma vez apresentadas as principais categorias e concepções do institucionalismo evolucionário, bem como a contribuição atual de Hodgson, voltaremos àquela discussão.

Tanto para Veblen, e Hodgson, quanto para os filósofos realistas das ciências sociais, as estruturas sociais ou instituições, não podem existir independentemente das concepções e ações dos agentes individuais. Se os indivíduos deixam de existir, as estruturas sociais também desaparecem. São as ações individuais, tomadas em ‘conjunto’, que reproduzem e/ou transformam as estruturas sociais. Esse ponto marca a rejeição de ambas as vertentes com relação ao HM ao enfatizar a dependência das estruturas sociais com relação aos indivíduos, ou seja, a possibilidade de explicação de fenômenos sociais exclusivamente em termos de estruturas, totalidades, etc., é negada. Por outro lado, assume-se o fato de que os indivíduos são socialmente constituídos, implicando, metodologicamente, que não podem ser tomados como dados exógenos de forma axiomática nas explicações de fenômenos sociais. Isso significa afirmar que são fundamentalmente dependentes das relações sociais nas quais estão imersos. Suas ações, disposições, inclinações, preferências, etc., devem ser entendidas com o auxílio da análise do meio institucional no qual o indivíduo se desenvolve e onde ele aprende, por assim dizer, a maior parte de sua dotação de hábitos de pensamento e ação que condicionam sua conduta. Novamente, e para frisar, em termos metodológicos essa concepção implica a rejeição do IM, ou seja, não é lícito desenvolver explicações de fenômenos sociais em termos puramente individuais.

Esses pontos estão presentes implicitamente na obra de Veblen e mais explicitamente nos escritos dos filósofos realistas e implicam, necessariamente, que se

admita a existência de uma indelével interdependência mútua entre os indivíduos e as estruturas sociais. Essa interdependência é tal que não se autoriza a ênfase exclusiva em um desses pólos elementares da vida social quando das explicações de fenômenos sociais. BHASKAR (1998), em seu Modelo Transformacional da Atividade Social, trabalha esse ponto em sua consideração das dualidades: da estrutura e da práxis. HODGSON (1994, 2001, 2004a, 2004b, 2007a), ao enfatizar o mecanismo psicológico da habituação como o elo causal entre as estruturas sociais (instituições) e os indivíduos, desenvolve seu Modelo de Causação Reconstitutiva Descendente sem, no entanto, negar e influência dos indivíduos sobre as instituições. Dessa forma, temos que para ambos os autores as estruturas sociais ou instituições são tanto condição para as ações individuais, uma vez que impõem, necessariamente, seu poder causal na constituição dos mesmos, quanto resultado, intencionais ou não, das ações dos indivíduos; tanto restringem quanto habilitam o comportamento humano; além do que são preexistentes com relação aos indivíduos que influenciam, o que demonstra, segundo esses autores, sua relativa autonomia e seu poder causal, enfim, sua existência objetiva. Dessa maneira, e para enfatizar, a atividade humana pode tão somente reproduzir e/ou transformar as estruturas sob as quais agem. Assim, podemos afirmar que as estruturas sociais ou instituições: (i) não existem independentemente das atividades que governam; (ii) não existem independentemente das concepções dos agentes acerca do que estão fazendo em sua atividade e; (iii) só podem ser relativamente duradouras. É nesse sentido que para HODGSON:

A dual stress on both agency and institutional structure is required, in which it is understood that institutions themselves are the outcomes of human interactions and aspirations, without being consciously designed in every detail by any individual or group, while historically given institutions precede any one individual. (HODGSON, 2006, p.7)

A ação humana e as estruturas sociais encontram-se internamente relacionadas – uma não existe, em essência, sem a outra –, o que interdita uma análise objetiva de qualquer um desses elementos em isolamento. Partimos então de uma dicotomia,

apriorística, e alcançamos, *ex posteriori*, uma dualidade, fruto da busca da construção teórica de uma conexão não reducionista entre as ações humanas e as estruturas sociais. Construção essa que tem como pré-requisito a superação dos limites impostos pela orientação da filosofia positivista.

Tal afastamento da ontologia positivista possibilita a consideração de elementos reais que se situam para além do nível empírico, isto é, de elementos que não são oferecidos aos sentidos do cognoscente. De outra forma, a compatibilidade ontológica dos pensamentos aqui confrontados manifestam-se em similaridades metodológicas quanto aos elementos/referentes teóricos aceitos na explicação. As estruturas sociais, instituições e hábitos não são de forma alguma *diretamente* observáveis, mas têm sua realidade e poder causal inferidos nos seus efeitos sobre os comportamentos individuais. A sugestão de HODGSON (2003) de que as instituições podem ser consideradas como o que ele denominou de *hidden persuaders* conta a favor da concepção de uma realidade estruturada para além do empírico, do diretamente observável. Essa concepção pressupõe ainda o elemento central da orientação realista de que os objetos da investigação científica existem independentemente de sua investigação. Parece ser nesse sentido que o próprio HODGSON (1994, p. 36) sugere, mesmo que muito brevemente e sem maiores desenvolvimentos, que devemos considerar uma “filosofia da ciência realista” quando da análise de eventos econômicos e sociais.

Outro importante ponto de convergência entre as posições acima destacadas diz respeito àquilo que foi chamado de método retrodutivo de análise. Opondo-se tanto ao indutivismo quanto ao dedutivismo, esse método propõe que os fenômenos observáveis são somente o ponto de partida da investigação, que tem como objetivo último a identificação e compreensão dos mecanismos generativos reais (observáveis ou não) de tais fenômenos. De outra forma, propõe-se que o mundo não se esgota no empírico, ou seja, as leis causais não podem se confundir com regularidades empíricas. A ilustração de categorias do pensamento institucionalista que se prestam a essa tarefa é clara, com as

próprias instituições e seus mecanismos de habituação que condicionam a conduta dos agentes econômicos.

Por fim, temos que a sugestão de uma base filosófico-realista para o pensamento vebleniano enfatiza que sua concepção dos objetos de investigação – ao invés de individual ou coletivo – é relacional. Significa que a unidade de análise mais adequada para as ciências sociais são relações sociais – e não indivíduos ou coletividades. É claro que a aceitação de uma tal concepção relacional para os objetos das ciências sociais passa, necessariamente, pela rejeição dos ditames da filosofia positivista. De fato, se a principal contribuição da obra de Veblen é a demonstração da centralidade da categoria instituições para a análise socioeconômica, parece de fundamental importância o entendimento das instituições enquanto relações sociais. Todas essas observações acerca do pensamento vebleniano e de uma possível base filosófico-realista contribuem, ainda, para a recuperação da possibilidade, também para as ciências sociais, de conhecimento objetivo de seus objetos de investigação, desacreditada desde a crise da metodologia popperiana.

CONCLUSÃO

Esta dissertação tem por pano de fundo fomentar as discussões acerca do restabelecimento do institucionalismo evolucionário de Thorstein Veblen no cenário acadêmico em ciência econômica. Nesse sentido, essa escola ocuparia nos dias de hoje um importante lugar na heterodoxia do pensamento econômico, não só por suas críticas ao que se tornou *mainstream*, mas principalmente por advogar uma visão dos processos sociais e econômicos bastante distinta daquela da corrente principal. Também em consonância com essa posição crítica está o movimento de recuperação das preocupações ontológicas que vem fazendo-se perceber na Filosofia da Ciência. É no âmbito dessa disciplina, sobretudo a partir da crise da epistemologia popperiana na década de 1960, que se desenvolvem abordagens realistas dos objetos do conhecimento que defendem uma primazia da ontologia sobre a epistemologia. De fato, alguns autores defendem que a posição de Veblen é semelhante a essa, isto é, suas formulações seriam carregadas de um viés ontológico.

Como objetivo específico, a dissertação trabalha a hipótese de que o esquema de pensamento institucionalista evolucionário proposto por Veblen é condizente com as orientações meta-teóricas de um realismo filosófico. Nesse ponto a ênfase recai sobre a consideração, nos arcabouços teórico e metodológico de ambas as linhas de pensamento, de elementos que não são encontrados diretamente na realidade material, isto é, não estão postos aos sentidos do cognoscente. Contudo, e aqui está guardada a maior contribuição do realismo, tais elementos não são tratados como meros ‘construtos mentais’ dos teóricos, mas sim como fatores causais *reais e eficazes* que se encontram em um estrato da realidade para além do empírico. Em outras palavras, sugere-se que as categorias formuladas por Veblen não devem ser entendidas simplesmente como ferramentas heurísticas criadas pelo cientista, mas como *referentes* teóricos de elementos da realidade social.

A maneira pela qual tal hipótese foi trabalhada tem como sustentação um velho problema em Teoria Social que, pelo menos desde os autores clássicos do século XVIII (economistas, sociólogos, filósofos, antropólogos, etc.), vem delineando todo o desenvolvimento da disciplina: uma série de posições dicotômicas interligadas que polarizam as concepções acerca do objeto do conhecimento das ciências sociais. Para o presente trabalho, tomamos a forma da *dicotomia indivíduo-sociedade* como o pano de fundo contra o qual apresentamos e exploramos as possíveis conexões do pensamento vebleniano com um determinado recorte da filosofia realista em sua aplicação às ciências sociais. Ao explorar tais conexões pretendeu-se contribuir para melhor definir o lugar e a importância da obra de Veblen na história do pensamento econômico e oferecer subsídios para novos desenvolvimentos na teoria institucionalista de caráter evolucionário. É a partir da problematização da dicotomia, portanto, que se estrutura todo o texto. A seguir apresento como tal problema foi tratado em cada capítulo.

O primeiro capítulo faz uma revisão da literatura em filosofia da ciência e metodologia econômica sobre a discussão em torno da dicotomia indivíduo-sociedade, com base na oposição das orientações metodológicas do IM e do HM. De fato, a dicotomia representa uma polarização no pensamento social quanto à determinação da causalidade no que concerne à conexão indivíduo-sociedade e existe por conta do caráter apriorístico e da mútua exclusividade dessas posições.

Nesse sentido, depois de algumas especificações terminológicas envolvendo as noções de ontologia, metodologia, reducionismo e redução, o capítulo contrapõe diretamente o IM e o HM a partir de duas questões que buscaram localizar cada uma dessas posições frente ao seu oposto, bem como identificar algumas versões de cada uma delas; foram elas: Questão (i): que tipo de sujeito é admitido nas análises das ciências sociais?; e Questão (ii): a interação entre os indivíduos gera um ‘algo mais’ que sua mera soma e/ou existe um ‘algo mais’ que influencia os indivíduos em suas ações e, portanto, importa para a explicação em ciências sociais? O primeiro ponto dessa discussão nos remeteu ao elemento de teleologia, exclusivo da ação dos agentes humanos. Em seguida

refletiu-se sobre a existência e relevância de um ‘algo mais’ que, enquanto produto das ações dos sujeitos de uma sociedade, deve ou não figurar na explicação de fenômenos sociais. O IM propõe, em sua versão psicologista, que qualquer explicação desses fenômenos só seria legítima se construída com recurso a termos exclusivamente referentes aos indivíduos, particulares ou ideais, excluindo da análise qualquer esfera supraindividual. E mesmo quando, em um individualismo mais abrangente como o de Popper e Watkins, admite-se a inclusão de elementos não individuais no entendimento das ações dos sujeitos – sua situação –, as explicações finais devem ser capazes de reduzir teoricamente a situação mesma em termos de respostas de outros indivíduos que, por sua vez, teriam suas situações entendidas da mesma forma – o chamado problema de regressão infinita. Por outro lado, o HM, ilustrado sobretudo pelo pensamento de Durkheim, não só admite a existência desse ‘algo mais’ como o considera inteiramente independente do agente individual cujo comportamento não só é condicionado, mas inteiramente determinado. Ao fim e ao cabo, têm-se duas posições metodológicas diametralmente opostas e mutuamente exclusivas que apresentam limites à análise social ao deixarem em aberto questões concernentes à articulação entre os indivíduos e a sociedade – a agência individual e as estruturas sociais –, de forma que ou os primeiros constroem a última, ou são inteiramente construídos por ela.

Ainda no primeiro capítulo, buscou-se na filosofia da ciência as possíveis origens dessa dicotomia no projeto positivista/empiricista. Para tanto, apresentou-se os projetos filosóficos do positivismo e empirismo lógicos – originários nos encontros do Círculo de Viena – cuja idéia principal é a de que a fonte última do conhecimento científico é a realidade empírica, isto é, a realidade tal como posta aos sentidos do cognoscente. O ponto programático central desses projetos, que consistia em eliminar os elementos metafísicos do discurso científico a partir de uma linguagem observacional livre dos preconceitos teóricos do cientista, foi o alvo maior das críticas de Popper. Contudo, na prática, suas críticas dirigiram-se apenas aos critérios de demarcação propostos pelos positivistas/empiricistas, com sua sugestão do critério do falsificacionismo, de forma a

manter sem solução o ‘problema da indução’ de Hume. Nesse ponto, ainda, os cientistas somente podem contar com os sentidos para a apreensão do mundo. Nesse sentido, procurou-se demonstrar que os autores ligados tanto ao IM quanto ao HM estão compromissados com essa perspectiva da geração de conhecimento, ou seja, os elementos componentes de suas teorias devem ser passíveis de observação, seja enquanto indivíduos isolados ou coletivos de indivíduos.

No segundo capítulo apresentou-se a filosofia realista e o esquema evolucionário de Veblen tendo como contraponto fundamental à dicotomia positivista. Considerando o fato de que existem diversas abordagens que se consideram realistas, busquei delinear os “requisitos mínimos” para que uma perspectiva realista da filosofia da ciência fosse capaz de superar os limites da dicotomia. Tais requisitos são: (i) o reconhecimento da existência de uma *realidade objetiva externa ao cognoscente*, ponto comum entre todos os realistas e (ii) o reconhecimento de que essa realidade é estruturada em níveis que vão além do empírico. Esse segundo ponto é demonstrado pelos realistas através de um argumento ontológico, isto é, sobre a natureza das realidades natural e social, e se constitui *ex posteriori*. Assim, ao superar a argumentação apriorística comum ao positivismo, o realismo filosófico dá conta das duas dimensões do conhecimento humano: a *dimensão transitiva*, que envolve as ferramentas teóricas sobre as quais trabalham os cientistas, e a *dimensão intransitiva*, composta dos fenômenos objetivos, pelo menos relativamente independentes de nossa cognição sobre eles, a serem explicados. A implicação desses reconhecimentos para as ciências sociais é demonstrada, seguindo Lawson, a partir da verificação do estatuto da escolha (real) humana, donde se conclui a preexistência necessária de estruturas sociais à ação humana. De fato, o realismo oferece uma outra concepção acerca dos objetos das ciências sociais, a *concepção relacional*: esses não seriam constituídos pelas ações dos agentes individuais, tampouco dos coletivos desses mesmos agentes, mas sim das relações sociais nas quais tais agentes estariam imersos. Relações sociais, estando para além do nível empírico, constituem, de acordo com essa visão, os reais objetos das ciências sociais pois habilitam e constroem as ações das

partes envolvidas, sendo reproduzidas ou transformadas a partir destas. Indivíduos e sociedade deixam de ser vistos em uma confrontação dicotômica e passam a relacionar-se em uma *dualidade*, onde, mesmo considerados ontologicamente distintos, guardam uma relação de mútua interdependência.

Da mesma forma, o capítulo prossegue com a localização do pensamento de Veblen frente à dicotomia. Como uma primeira aproximação deste com a filosofia realista, buscou-se mostrar de que forma o arcabouço evolucionário vebleniano lida com o problema da dicotomia. Inicialmente foram apresentadas as críticas de Veblen às teorias econômicas de seu tempo, de forma a antecipar as orientações básicas que o guiaram em sua proposta de uma Ciência Econômica Evolucionária. As críticas tecidas por Veblen estavam centradas em pelo menos três pontos principais: (i) a utilização dos métodos indutivo ou dedutivo; (ii) a concepção animista e teleológica dos fenômenos econômicos, que resulta em uma ciência de caráter taxonômico; e (iii) a concepção puramente hedonista da motivação das ações humanas. A seguir mostrou-se a influência do darwinismo e a conseqüente ênfase no processo de causalidade cumulativa. O argumento é que o compromisso com explicações em termos de cadeias de causalidade exige o institucionalismo vebleniano dos limites da dicotomia. Uma vez que os processos são mais importantes para a ciência evolucionária do que as situações inicial e final, tem-se interdita assim a possibilidade da determinação unilateral, de maneira apriorística, de causalidade exclusiva a qualquer dos elementos constituintes da realidade social. Por fim, considerou-se como a causalidade e a intencionalidade da atividade humana aparecem em uma teoria da conduta do agente humano em Veblen. Nesse ponto, a constatação foi a de que ao reconhecer e enfatizar o caráter teleológico das ações humanas, mantendo-as, contudo, teoricamente subordinadas aos processos de causalidade, Veblen pôde articular os fundamentos de razão suficiente e causa eficiente. Sumariando os principais pontos temos: (i) a *causalidade cumulativa* impede uma análise atemporal e apriorística e (ii) o reconhecimento da *ação teleológica, intencional, dos sujeitos*, embora como subsidiária

dos argumentos de causa e efeito, abre a possibilidade de tratar o agente individual não como um *dado*, mas como endogenamente condicionado.

O terceiro capítulo tratou das principais categorias do esquema conceitual vebleniano, bem como da contribuição recente da psicologia cognitiva e dos trabalhos de Geoffrey Hodgson para o restabelecimento do institucionalismo evolucionário. Assim, a articulação das categorias de instintos, hábitos e instituições formam a parte do sistema teórico de Veblen que versa sobre a conduta humana. Instintos e hábitos, entendidos como inclinações ou disposições a certos comportamentos, formam a base das atividades dos agentes, em que os primeiros são os responsáveis pelos fins da ação e os últimos pelos meios de persecução de tais fins. Foi interessante notar que a deliberação racional dos agentes não está excluída da análise, mas, ao contrário, é pressuposta pelos instintos e hábitos. As instituições, entendidas como os hábitos de ação e pensamento comuns à generalidade dos homens, são as maiores responsáveis pelo condicionamento da atividade humana, tornando-se, por vezes, fins em si mesmas. É por ter essa importância que as instituições são os elementos centrais da perspectiva vebleniana, sua unidade de análise.

As contribuições da psicologia cognitiva ofereceram um suporte para a retomada do conceito de hábito em ciências sociais. Segundo esse ponto de vista o processo de habituação, por meio do qual os homens desenvolvem seu aparato cognitivo para lidar com o mundo, é um processo tanto individual quanto social, uma vez que todos os conceitos que os homens se utilizam em suas ações são socialmente desenvolvidos e adquiridos. Com base nessa argumentação Hodgson ‘atualiza’ o conceito de instituições e desenvolve um *modelo de causação reconstitutiva descendente*, que procura capturar teoricamente a influência das instituições sobre os indivíduos por meio do processo de habituação. Dessa forma, os homens, ao se desenvolverem – suas inclinações, disposições, preferências, capacidades, etc. – sob a influência de determinadas instituições, tendem a agir de forma condizente com as mesmas, as reproduzindo ou transformando. Aparece, novamente, a *dualidade*, ao invés da dicotomia, ao se evidenciar a relação de condicionalidade recíproca entre indivíduos e estruturas sociais.

Por fim, a última seção do capítulo ‘recolhe’ do texto as evidências da compatibilidade entre o pensamento institucional evolucionário de Veblen e aquela perspectiva realista da filosofia das ciências sociais. O principal ponto a enfatizar é a semelhança das posições de ambas as linhas de pensamento frente ao problema da dicotomia, rejeitando, ao mesmo tempo, orientações metodológicas apriorísticas do IM e do HM. Tanto para os filósofos realistas quanto para Veblen (e Hodgson), as estruturas sociais e os indivíduos, embora ontologicamente distintos, guardam uma mútua e indelével interdependência, de forma que não é lícito, segundo suas visões, atribuir causalidade exclusiva a qualquer desses elementos quando da explicação de fenômenos sociais. Mais uma vez, a dicotomia dá lugar a uma dualidade. De fato, tais conclusões só são possíveis quando da admissão de que a realidade é composta também por elementos não empíricos, não diretamente observáveis. As instituições, enquanto sistemas de relações entre indivíduos, mas que estão para além dos mesmos – não podendo ser a eles reduzidas –, não pertencem ao nível empírico da realidade, muito embora sejam tratadas como, de fato, *reais, objetivas*. As instituições pertencem, portanto, à dimensão intransitiva do conhecimento, nos termos de Bhaskar. Dessa forma, podemos sugerir que Veblen compartilha de uma concepção relacional dos objetos das ciências sociais e poderia, de acordo com a perspectiva aqui adotada, ser considerado, ao menos no que concerne a desenvolvimentos futuros de suas contribuições, um realista.

Tais conclusões, contudo, são fruto de uma investigação limitada de diversas maneiras. A primeira dessas limitações é imposta pela relativa obscuridade do pensamento de Veblen. Embora uma literatura crescente trate de diversos aspectos da obra do autor, é comum encontrarmos afirmações de seus comentadores de que sua própria excentricidade – nas mais diversas esferas da sua vida social: como membro da comunidade, professor, pesquisador, crítico, etc. – o torna um autor de difícil trato. No Brasil, por exemplo, sua obra ainda é pouco estudada e discutida. Uma segunda e importante limitação do trabalho está relacionada à diversidade de novos desenvolvimentos em filosofia da ciência que dão origem a várias abordagens que se

consideram realistas. Ao ampliarmos os “requisitos mínimos” de uma filosofia realista que nos serviu de parâmetro para as investigações e sugestões aqui apresentadas de maneira a manter a consistência com a obra de Veblen, corremos o risco de não encontrarmos porto seguro em nenhuma corrente atual. Contudo, os “requisitos mínimos” aqui apresentados estão de acordo com as prescrições da vertente da filosofia da ciência conhecida como realismo crítico, desenvolvida por Bhaskar e introduzida em economia por Lawson. No entanto, como não foi realizada uma pesquisa mais detida sobre os ‘realismos filosóficos’, preferimos usar, como medida de resguardo, o termo genérico ‘realismo filosófico’ e seus variantes.

As limitações acima apontadas são, ao mesmo tempo, projetos de pesquisa futuros. Por exemplo, um aprofundamento no estudo das contribuições de outros filósofos e correntes realistas, assim como de seus críticos contemporâneos, abriria a possibilidade de maior robustez ao trabalho: noções como a de ‘propriedade emergentes’, não tratadas aqui, parecem promissoras para um desenvolvimento consistente do institucionalismo evolucionário. Nesse sentido, também os pontos de conexão acima sugeridos entre as linhas de pensamento, poderiam ser mais bem estudados, de forma a tornar o trabalho mais abrangente e sistemático. Ainda, um outro pano de fundo para a discussão aqui realizada pode ser montado. Por exemplo, poderíamos tomar a mudança institucional como pilar por meio do qual seria promovida a apreciação das teorias: estaria a teoria da mudança institucional de Veblen em conformidade com as orientações meta-teóricas da filosofia realista, tal como sugerimos no caso de sua teoria da conduta humana?

De qualquer maneira é certo que o pensamento de Veblen oferece uma série de ferramentas úteis que, se utilizadas de forma clara e consistente, muito têm a oferecer não só aos economistas como a todos os demais cientistas sociais.

REFERÊNCIAS

- AGASSI, J. (1960) Methodological Individualism, *British Journal of Sociology*, v.11, n.3, September, p. 244-70.
- AGASSI, J. (1975) Institutional Individualism, *British Journal of Sociology*, v.26, n.2, June, p. 144-55.
- ALEXANDER, J. (1987) O novo movimento teórico. *Revista brasileira de ciências sociais*, n.2.
- ALTHUSSER, L. (1980) *Ler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ARROW, Kenneth J. (1994) Methodological Individualism and Social Knowledge, *American Economic Review (Papers and Proceedings)*, v.84, n.2, May, p. 1-9.
- BACKHOUSE, R. (1985) *A history of modern economic analysis*. Oxford: Basil Blackwell.
- BACKHOUSE, R. (Ed.) (1994) *New directions in economic methodology*. London: Routledge.
- BECKER, G. (1996) *Accounting for tastes*, Cambridge, Ma.: Harvard University Press.
- BHASKAR, R.(1997) *A Realist Theory of Science*. London: Verso, [1975]. 284 p.
- BHASKAR, R. (1998) Societies. In: ARCHER, Margaret et al. (Ed.) *Critical Realism: essential readings*. Londres: Routledge, cap. 8, p. 206-257.
- BHASKAR, R. (2001) Sociedades. Tradução não publicada, por Mário Duayer.
- BLAUG, M. (1999) *Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam*. São Paulo: Edusp, [1980]. 385 p.
- BOWLES, S. (1998) Endogenous preferences: the cultural consequences of markets and other economic institutions. *Journal of economic literature*, v.36, p. 75 – 111.
- BRODBECK, M. (1958) Methodological individualism: definition and reduction. *Philosophy of science*, v.25, n.1, Jan., p. 1-22.

- BUSH, P. D. (1981a) Radical individualism vs. Institutionalism, I: the division of institutionalists into 'humanists' and 'behaviorists'. *American journal of economics and sociology*, v.40, n.2, p. 139-147.
- BUSH, P. D. (1981b) Radical individualism vs. Institutionalism, II: philosophical dualisms as apologetic constructs based on obsolete psychological preconceptions. *American journal of economics and sociology*, v.40, n.3, p. 287-298.
- CALDWELL, B. (1982) *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982. 277 p.
- CAVALCANTE, C. M. (2007) *Análise metodológica da economia institucional*. Niterói. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense (Faculdade de Economia).
- COHEN, P. S. (1970) *Teoria Social Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. (2002) O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, v.6, n.2. p. 119-146.
- DOLFSMA, W. & VERBURG, R. (2005) Bridging structure and agency: processes of institutional change. *ERIM Report series research in management*, Erasmus Research Institute of Management, n.64, october.
- DOUGLAS, M. (2007) *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- DURKHEIM, E. (1982) *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora nacional.
- FERNÁNDEZ, R. G. & MARIN, S. R. (2002) Karl Raimund Popper: um filósofo e três abordagens da metodologia da economia. *XXX Congresso Nacional de Economia*.
- FERNÁNDEZ, R. G. (2003) McCloskey, Maki e a verdade. In: Rego, J.M. e Gala, P. (orgs.) *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. São Paulo: Editora 34, p. 119-150.
- FRIEDMAN, M. (1953) The methodology of positive economics. IN: *The philosophy of economics: an anthology*. Daniel Hausman (org.) [1994] Cambridge: Cambridge university press.
- FUCIDJI, J. R. (2006) O realismo crítico e seus oponentes. In: *Encontro nacional de economia política*, 11, Vitória.

GIDDENS, A. (1978) *As novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar.

GIDDENS, A. (2003) *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

GOLDSTEIN, L. J. (1956) The Inadequacy of the principle of methodological individualism. *The journal of philosophy*, v.53, n.25, p.801-813.

HAUSMAN, D. (Ed.) (1994) *The Philosophy of economics: an anthology*. Cambridge: Cambridge university press.

HAYEK, F. A. (1948) *Individualism and Economic Order* (London and Chicago: George Routledge and University of Chicago Press).

HAYEK, F. A. (1952) *The sensory order: an inquiry into de foundations of theoretical psychology*. Chigaco: The university of chicago press.

HODGSON, G. M. (1994) *Economia e Instituições*. Oeiras: Celta Editora. Edição portuguesa.

HODGSON, G. M. (1997) *Economia e Evolução: o regresso da vida à teoria econômica*. Oeiras: Celta Editora. Edição portuguesa.

HODGSON, G. M. (1999). *Economics & Utopia: why the learning economy is not the end of history*. Londres: Routledge.

HODGSON, G. M. (2001) A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. *Revista Econômica*, v.3, n.1, p.97-125, junho.

HODGSON, G. M. (2003) The hidden persuaders: institutions and individual in economic theory. *Cambridge Journal of Economics*, n.26, p. 159-175.

HODGSON, G. M. (2004a) Veblen and Darwinism. *International Review of Sociology*, v.14, n.3, p. 343-361.

HODGSON, G. M. (2004b) *The evolution of institutional economics: agency, structure and Darwinism in American Institutionalism*. Londres: Routledge.

HODGSON, G. M. (2007a) Institutions and individuals: interaction and evolution. *Organization Studies*, v. 28, n. 1, p. 95-116.

HODGSON, G. M. (2007b) Meanings of Methodological Individualism. *Journal of Economic Methodology*, v. 14, n. 2, p. 211-26.

- HUNT, E. K. (1981) *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- KAHNEMAN, D. & TVERSKY, A. (1986) Rational choice and the framing of decisions. *The journal of business*, v.59, n.4, part 2: the behavioral foundations of economic theory, p. s251 – s278.
- KERSTENETZKY, C. L. (2005) Interactive individualism – an essay on Hayek’s methodological individualism. *Texto pra discussão*. Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, n. 170.
- KNIGHT, F. (1935) Economics and human action. IN: *The Ethics of Competition and Other Essays*. New York e London: Harper and Brothers.
- LAWSON, T. (1997) *Economics and Reality*. London: Routledge, 364 p.
- LEPLIN, J. (1988) Is Essentialism Unscientific? *Philosophy of Science*, v.55, n.4 , p. 493-510.
- LOASBY, B. (1999) *Knowledge, institutions and evolution in economics*. New York: Routledge.
- LUKES, S. (1968) Methodological Individualism Reconsidered. *British Journal of Sociology*, v.19, pp. 119-29.
- LUKES, S. (1977) Bases para a interpretação de Durkheim. IN: COHN, G. (Org.) (1977) *Sociologia: para ler os clássicos*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos - LCT.
- MILLER, R. W. (1978) Methodological Individualism and Social Explanation, *Philosophy of Science*, v.45, n.3, p. 387-414.
- MIROWSKI, P. (1987) The philosophical bases of institutionalist economics. *Journal of economic issues*, v.21, n.3, p. 1001-1037.
- MISES, L. von (1949) *Human Action: A Treatise on Economics*, 1st edn. (London and New Haven: William Hodge and Yale University Press).
- MONASTÉRIO, L. M. (1996) *Guia para Veblen: um estudo acerca da economia evolucionária*. Pelotas: Editora universitária UFPel.
- NELSON, R.& WINTER, S. (2005) *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. Campinas: Unicamp.

- NOGUERA, J. A. (2003). ¿Quién teme al individualismo metodológico? Un análisis de sus implicaciones para la teoría social. *Papers: Revista de Sociologia*, Universidad de La Rieja, n. 69, p. 101-132.
- POLÁNYI, M. (1962) *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy*. New York: Harper Torchbooks.
- POPPER, K., R. (1945) *The Open Society and Its Enemies*, 2 vols (London: Routledge and Kegan Paul).
- POPPER, K., R. (1960) *The Poverty of Historicism* (London: Routledge and Kegan Paul).
- RATTON JÚNIOR, J. L. de A. & MORAIS, J. V. de (2003) Para ler Jon Elster: Limites e possibilidades da explicação por mecanismos nas Ciências Sociais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, IUPERJ, Rio de Janeiro, v. 46, n.2, p. 385-410.
- RUTHERFORD, M. (2001) Institutional economics: then and now. *Journal of Economic Perspectives*, v.14, n.3. p. 173-194.
- SECKLER, D, W. (1980) Individualism, collectivism and the latter-day institutionalists: a raving review by professor junker. *American Journal of Economics and Sociology*, v.39, n.1, p. 105-6.
- SECKLER, D, W. (1981) Individualism and institutionalism revisited: a response to professor Bush. *American Journal of Economics and Sociology*, v.40, n.4, p. 415-424.
- SIMON, H. (1959) Theories of decision-making in economics and behavioral science. *The American Economic Review*, v.49, n.3, p. 253-283.
- SIMON, H. (1980) A racionalidade do processo decisório em empresas. *Edições Multiplic*, v.1, n.1, p. 25-57.
- SOBER, E. (1980) Holism, individualism, and the units of selections. *PSA: Proceedings of the biennial meeting of the philosophy of science association*, v.2, symposia and invited papers, p. 93-121.
- TOBOSO, F. (2001) Institutional individualism and institutional theory: the search for a middle way mode of explanation. *Cambridge Journal of Economics*, v. 25, p. 765-783.
- VEBLEN, T. B. (1899) *The theory of the leisure class: an economic study of institutions*. New york: The modern library [1934].

VEBLEN, T. B. (1914) *The instinct of workmanship and the state of industrial arts*. New York: The viking press inc. [1937].

VEBLEN, T. B. (1919) *The place of science in modern civilisation and others essays*. New York: The viking press inc. [1942].

WATKINS, J. W. N. (1952) The Principle of Methodological Individualism, *British Journal for the Philosophy of Science*, v.3, n.2, August, p.186-189.

WATKINS, J. W. N. (1957) Historical Explanation in the Social Sciences. *British Journal for the Philosophy of Science*, v.8, n.2, August, p104-117.

WATKINS, J. W. N. (1958) The alleged inadequacy of methodological individualism. *The journal of philosophy*, v.55, n.9, Apr., p.390-395.

WATKINS, J. W. N (1959) The two theses of Methodological individualism. *The british journal for the philosophy of science*, v.9, n.36, p. 319-320.

WILSON, C. W. (2005) The veblenian critique and critical realism: a comparison of critical theories of mainstream economics. *Journal of Economic Issues*, v. 39, n. 2, p. 519-525.

ZAJDSZNAJDER, L. (1980) A economia institucional de Thorstein Veblen. *Revista de Administração Pública*. V.14, n.1, p. 70-101.